

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 26 de Julho de 2013 • ANO XX • Nº 1020 • Preço: 30,00 Mt • Moçambique
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • email:savana@mediacoop.co.mz

ETG MOÇAMBIQUE
Comercialização
de cereais
Cabo Delgado,
Nampula, Niassa,
Zambézia e Sofala
Pemba, Caixa Postal, 260
E-mail: emcpemba@teledata.mz

Frelimo aumenta pressão nos media

Satunjira decapita “notícias”

- Empresas do partidão compram e assediam *media* privada
- Há lista dos “comentadores” do regime



Pág. 2

Natal Ussene

GANHA O APOSTADOR E GANHA O AGENTE

Ricos prémios semanais. Seja Agente Autorizado da Sojogo e ganhe comissões aliciantes.

Av. Samora Machel Nº11 - 1ºandar • Telefs.: 21 301942 • 82 6279207 • 82 3055718

lotaria • totobola • totoloto • instantânea • Joker

**sojogo**
A GRANDE APosta

Ventos angolanos e “efeito Macuácia” sopram em Moçambique

Media privados na mira da Frelimo

Depois de fortes apertos via publicidade, parcerias externas com interesses económicos ligados a “partidos irmãos” (em Portugal) e “memorandos de entendimento” com empresas públicas, está a evoluir para uma nova etapa a pressão que os grupos ligados ao regime estão a exercer sobre os media privados em Moçambique no sentido de influenciar o percurso dos mesmos e das suas respectivas linhas editoriais, críticas da actual governação de Armando Guebuza. Fruto da mesma insatisfação, do outro lado da barricada, é iminente o rolar da cabeça de Rogério Sitoe, o actual director do jornal oficioso do regime, o “Notícias”.

Vários executivos dos media locais têm relatado ao SAVANA aproximações cada vez mais insistentes de actores ligados à actual governação com convites e propostas veladas para a venda das suas publicações ou o abrandamento da crítica contra a governação do dia.

Em Angola, por exemplo, a estratégia, que agora chega a Moçambique, é primeiro “secar” as fontes de receitas das publicações, ordenando às grandes corporações estatais e privadas, maioritariamente detidas



Urgel Matula

Pressão sobre media privada está a evoluir para uma nova etapa

por figuras do sistema, para não colocarem publicidade nos jornais em causa. Quando a situação financeira dos periódicos se agrava, o regime, através dos seus tentáculos espalhados um pouco por toda a parte, “ataca” e ao “preço da banana” adquire os títulos.

Três reputados semanários angolanos líderes de aceitação e vendas,

nomeadamente, “Semanário Angolense”, o semanário “A Capital” e o “Novo Jornal”, foram, em 2010, alvos de propostas irrecusáveis. Outra parte da “estratégia angolana” é manter a “ala interna” da Segurança de Estado (o SISE angolano) por dentro de toda a imprensa privada, fornecendo subvenções materiais e manipulando conteúdos edi-

toriais, nomeadamente figuras que se pretende que caiam em desgraça perante o círculo restrito ligado ao presidente José Eduardo dos Santos.

O regime angolano, para mostrar “abertura”, criou mesmo dois grupos multimédia, indo recrutar à diáspora e “pagos a peso de ouro”, jornalistas conceituados e tidos como críticos do regime, em paralelo com a compra de participações nos me-

dia de Portugal. Ainda como parte da estratégia, os “títulos participados” são depois exportados para Moçambique, onde desenvolvem edições de conteúdo local e com claras indicações de “crítica soft” (suave) para não ofender o regime da Frelimo/Guebuza.

Um grupo media em Moçambique, dono de uma estação televisiva e um jornal diário, claramente identificado pela nossa reportagem, viveu momentos de crise em 2010, depois das manifestações de 1 e 2 de Setembro. Várias empresas públicas suspenderam contratos de publicidade a mando da Frelimo em protesto contra a forma como o grupo fez a cobertura das manifestações. O argumento é que, como são empresas públicas a financiam órgãos de comunicação via publicidade, estas têm também o direito de influenciar na linha editorial.

Um executivo chave deste grupo de media afiançou esta quinta-feira ao SAVANA, que agora estão a ser alvo de assédio para venda por parte de um grupo empresarial que detém interesses num banco comercial da praça e cujo boss tem assento no Comité Central da Frelimo.

A compra destes órgãos de comunicação e pronunciamentos de que alguns jornais estão ao serviço de

Rola cabeça de Rogério Sitoe

Efeito Satunjira?

Um dos temas de momento que está a animar debates na comunicação social é a iminente saída de Rogério Sitoe da direcção do jornal “Notícias”, um jornal pró governamental, detido maioritariamente pelo Banco de Moçambique (BM).

Sitoe, que substituiu Bernardo Mavanga na direcção do jornal em 2003, encontra-se actualmente na Escócia na cobertura da visita de trabalho que o Chefe do Estado, Armando Guebuza, efectua àquele país europeu. O SAVANA soube que os accionistas do jornal já comunicaram a Rogério Sitoe a sua saída, mas foram nulos os esforços para ouvir o actual director do jornal.

Não são ainda conhecidas as razões de um eventual afastamento de Rogério Sitoe, mas é ponto assente que a sua recente ida a Satunjira para conferência de Imprensa com Afonso Dhlakama terá sido determinante.

A deslocação de Sitoe, um jornalista com bom recorte profissional, não foi vista com bons olhos por alguns decisores do regime, sobretudo, pela forma como tratou assunto Satunjira. A TVM, a RM, o Diário de Moçambique mandaram à base da Renamo jornalistas de segundo plano e a AIM primou pela ausência.

Aliado a este facto, está a deslocação de Rogério Sitoe à 6ª esquadra de Polícia em Maputo para se solidarizar com Jorge Arroz, o Presidente da Associação Médica de Moçambique na noite da sua detenção naquele local. Sitoe, a concluir um grau de Mestrado em Sociologia, tem procurado nos últimos anos “manter as portas abertas” para outros sectores da comunicação social, onde tem numerosos amigos.

A relação de Sitoe com o novo porta-voz do Presidente da República nunca foi das melhores. É pública a reacção de Edson Macuácia quando

um discurso de abertura duma das sessões do Comité Central da Frelimo feito pelo presidente do partido foi relegado para as páginas secundárias. Macuácia terá criticado a postura do jornal na presença de jornalistas de vários órgãos de comunicação social.

Delfina Mugabe, uma das chefes de Redacção do “Notícias”, é nome de que mais se fala para substituir Sitoe. Mas na noite desta quarta-feira surgiu também o nome de Júlio Manjate, que é igualmente docente de jornalismo na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane.

O SAVANA apurou ainda que o semanário “Domingo” também será alvo de medidas. Salomão António, que foi antes cogitado para PCA da Sociedade Novo Rumo, dona do jornal “Público”, deverá ser promovido para uma posição chave no jornal. Não se sabe ainda quem deverá ser indicado para director, mas é ponto assente que Jorge Matine, actual timoneiro do semanário, deverá deixar o cargo e ocupar-se integralmente com as funções de administrador delegado da Sociedade de Notícias.



Nome	Instituição
Gustavo Mavie	AIM
Amorim Bila	UEM
Moisés Mabumba	EDM
Eugénio Brás	UEM/Sociologia
Adelino Buque	
Salim Cripton Valá	MPD
Tomás Vieira Mário	SEKELEKANI
Pedro Macaringue	Jurista/ Docente
Gulamo Taju	UEM
António Boene	Advogado
Eduardo Sitoe	
Patrício José	ISRI
Calton Cadiado	ISRI
Filipe Mandlate	
Arlindo Langa	
António Gaspar	
Egídio Camuna	Jurista
Hélder Jauana	ISCTEM
Eduardo Nguenha	
Alfiado Zunguze	
Americo Matavel	Ministério da Justiça
Vladimir Chongo	
Roque Gonçalves	Jurista
Alexandre Chivale	Advogado
Lázaro Bamo	CIUEM - CAICC
Carlos Bavo	CEA/UEM
Ernesto Macuácia	ISCTEM/UEM
Baltazar Muianga	
Filimão Suazi	
Rafael Suikhani	Historiador
Isalcio IvaMuhanjane	Jurista
António Crispós	Gestor – BNN
Alfiado S. Zunguza	Gestor de Conflitos
Samora Nuvunga	Consultor/ Jornalista
Eurico Nelson Mavie	Esc. de Sargentos de Boane
Anísio Buanaissa	Pesquisador / Professor
Razaque Manique	AMEC
Arlindo Langa	UEM
Armando Dimande	
Jaime Langa	
Filipe Sitoe	
Resaque Manique	
Niko Kassamo	

Lista de analistas e articulistas escolhidos a dedo para veicular posicões próximas do governo na rádio, televisão e jornais. A lista, que o SAVANA interceptou, foi produzida nos gabinetes de imprensa do partido e distribuída pelas chefias dos órgãos públicos. Omitimos deliberadamente os números dos celulares e emails.

TEMA DA SEMANA

“patrões estrangeiros” estão a ser acompanhados de rumores e preocupações em meios jornalísticos em Maputo, pois são visíveis as ameaças veladas feitas através de “comentaristas” escolhidos a dedo para a rádio e televisão de Estado e ainda no jornal dominical controlado pela Sociedade Notícias. O SAVANA está na posse dessa lista (ver caixa).

Há especulações de que estas operações representam claramente um extremar de posições de sectores ortodoxos do partidão no sentido de influenciar ou silenciar os media independentes, tendo como pano de fundo a crise interna da Frelimo no que respeita à sucessão presidencial e às negociações com a Renamo.

Ventos angolanos

Para além do assédio ao grupo media já reportado, um grupo económico ligado à Frelimo adquiriu 60% das acções da Sociedade Novo Rumo Lda, proprietária do jornal Público fundado pelo jornalista Rui de Carvalho e Rui Maia, um professor ligado à Universidade Técnica.

Publicamente, não foram revelados os valores envolvidos na operação, mas uma destacada fonte ligada à sociedade fala de USD100 mil pelo título, uma quantia assinalável para um jornal considerado de “segunda linha” e que dificilmente distribui mais de duas mil cópias semanais. Esta terça-feira, a sociedade Novo Rumo esteve reunida em Assembleia Geral, onde, dentre várias decisões, se acordou que Rui de Carvalho, passa para PCA da empresa e Samito Nuvunga exercerá o cargo de editor da publicação.

Em conversa com o jornal, Nuvunga negou que tenha sido nomeado para editor do “Público”, mas o SAVANA está em posição de afirmar que o jovem jornalista foi indicado para aquela posição pelo sócio maioritário e deverá iniciar funções em Agosto próximo.

Apurámos igualmente que o novo editor terá plenos poderes para conduzir o rumo do jornal. Nos próximos dias, haverá mais uma ronda entre os accionistas onde se deverão promover mudanças de vulto nos estatutos.

Ao que apurámos, o “Público” deverá cingir-se à “crítica soft” ao regime, assentando a sua aposta na divulgação dos feitos de Armando Guebuza e do seu Governo, estratégia que já está a ser implementada na televisão e rádio do Estado (RM e TVM). A ofensiva enquadra-se na estratégia de melhoramento da imagem de Armando Guebuza, alvo de críticas intensas, um pouco por todo o lado, sobretudo depois do Congresso de Pemba realizado em Setembro de 2012.

Nuvunga tem sido o porta-estandarte do regime nos ataques à chamada imprensa independente. Na noite de terça-feira, num debate promovido pela TVM, Nuvunga acusou a imprensa independente de estar a receber fundos dos doadores para criticar o Governo. O SAVANA teve indicações que os principais visados são o Canal de Moçambique e o semanário @Verdade, um jornal de distribuição gratuita, por sinal o de maior tiragem

no país.

No debate, em que inclusive foi deliberadamente bloqueado o sistema sms para evitar a participação de telespectadores “incômodos”, Nuvunga fez notar que os doadores que antes financiavam os partidos políticos da oposição mudaram de estratégia e estão agora a investir na imprensa privada pelo facto da oposição partidária ser detestada.

Ao SAVANA contaram que as posições de Nuvunga foram antes

amplamente discutidas num recente encontro promovido e dirigido por Edson Macuáca, o actual porta-voz do Presidente da República. No referido encontro, participaram editores de órgãos públicos e alguns comentaristas com posições próximas do Governo. Tomás Vieira Mário, um dos convidados à reunião, pediu para abandonar a reunião.

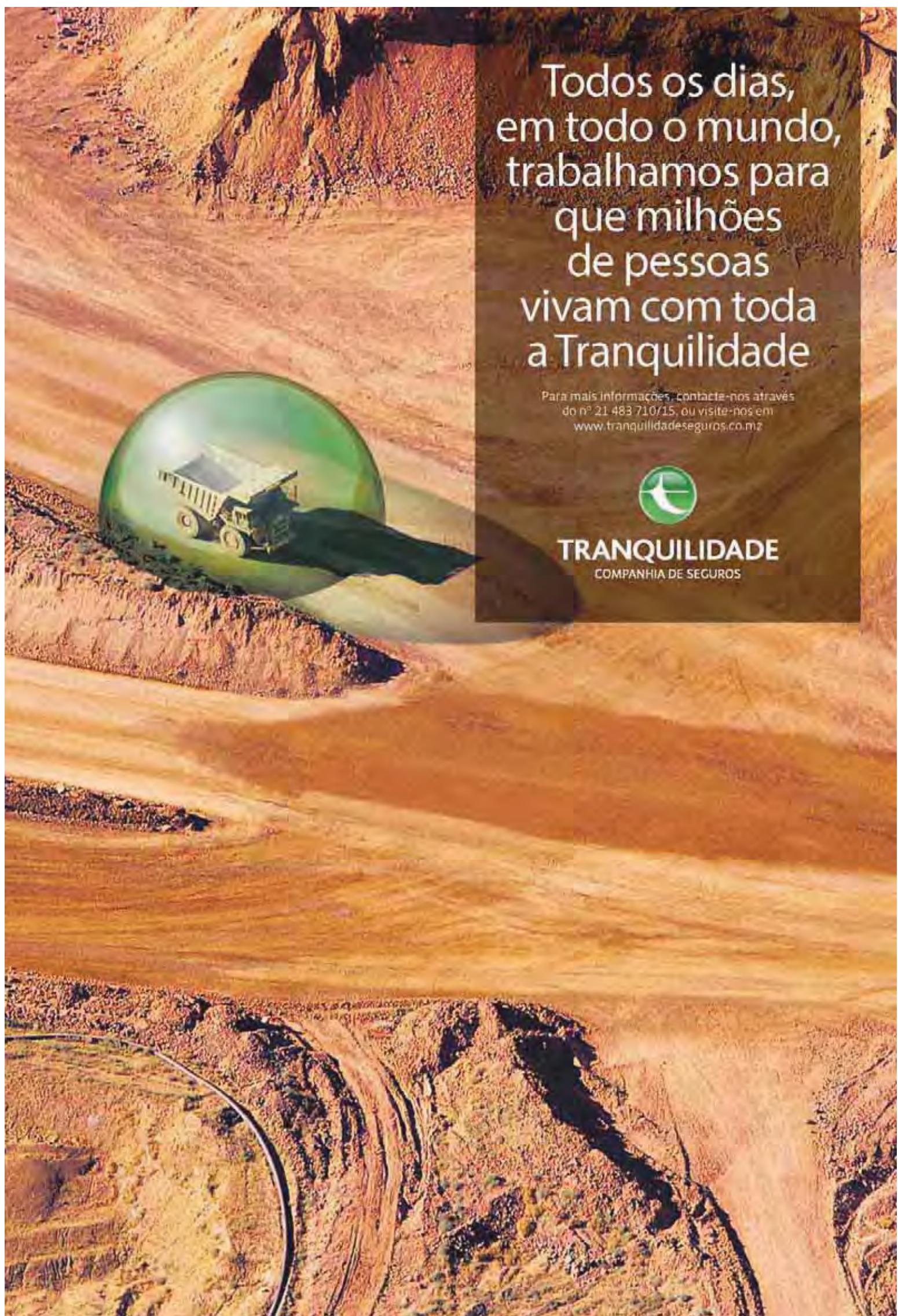
Aliás, não é a primeira vez que Macuáca convida editores e ana-

listas políticos para ditar o rumo que devem tomar em intervenções públicas.

Em Agosto de 2012, Edson Macuáca convocou vários jornalistas e comentadores de televisão para criticar a forma como aqueles se comportavam ao abordar os assuntos relevantes do país.

O mais visado foi o jornalista Alexandre Chiúre, delegado do Diário de Moçambique e comentarista residente do programa “A Semana”.

Poucos dias após a reunião, o Programa “A semana”, que vinha passando na televisão de Moçambique (TVM) aos domingos na hora nobre, foi suspenso. Curiosamente, o director de Informação da TVM, Simeão Ponguane, foi afastado pouco tempo depois. Segundo informações recolhidas junto da direcção da publicação “Expresso”, Macuáca é um dos accionistas deste semanário.



60 mil eleitores não votam na Beira e Quelimane

- STAE apresenta dados do censo e deixa tudo em aberto quanto a revisão do calendário eleitoral face ao diferendo entre o Governo e a Renamo

Por R. Senda e Z. Massala

Cerca de 60 mil eleitores não poderão votar nas eleições autárquicas de 20 de Novembro próximo nos municípios da Beira e Quelimane, autarquias que actualmente estão nas mãos da oposição.

Dados estatísticos, referentes ao censo eleitoral, divulgados pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) na manhã desta quinta-feira, indicam que o município da Beira, liderado por Daviz Simango, presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), previa recensear cerca de 248,850 eleitores, porém, no fim de 60 dias conseguiu registar 205,802 eleitores, deixando de fora cerca de 43 mil eleitores.

A cidade de Quelimane, capital provincial da Zambézia, liderada por Manuel de Araújo, também do MDM, registou pouco mais de 106 mil eleitores dum total de 123 mil que previa recensear, ficando por registar 16,500 eleitores.

Lembre-se que no município de Quelimane, o censo eleitoral foi caracterizado por um conjunto de constrangimentos que muitas vezes impediam cidadãos de recensear porque os agentes de recenseamento tiveram que paralisar as suas actividades devido à crise na operação das máquinas bem como das deficiências da corrente eléctrica.

Os problemas do censo em Quelimane notabilizaram-se quando o próprio edil, Manuel de Araújo, viu-se obrigado a adiar, por alguns dias, o seu recenseamento por falta de condições técnicas.

No caso concreto da cidade da Beira, muitos municípios foram impedidos de recensear alegadamente por falta de documentos.

Parte dos agentes de recenseamento a operarem naquela urbe não reconheciam a Cédula Pessoal, o antigo Bi-lhete de Identidade (BI), cartões de eleitores antigos e outros documentos que não possuam data de validade como documentos de registo.

Os municípios da Beira e Quelimane não são os únicos sob domínio da oposição cujos índices do recenseamento são baixos. Os municípios de Alto Molócuè, Gúruè, Marromeu e Nacala Porto também apresentam índices abaixo dos 70%. Na província da Zambézia (64%), o município de Gúruè inscreveu apenas 40%, Alto Molócuè (51%) e Mocuba (53%). A



O vício de deixar tudo para última hora: postos de recenseamento ficaram abarrotados no último dia

província de Nampula também registou um índice baixo, com 80%. A cidade de Nampula teve 75% e Nacala-Porto (76%).

Por várias vezes, o MDM apareceu publicamente a queixar-se da forma como as autoridades de administração eleitoral dirigiam o processo.

As queixas da oposição foram confirmadas pela directora provincial de STAE em Nampula, Isabel Tirano, que considerou que o presente censo foi um dos "piores".

Apontou como causas dos constrangimentos, a chegada tardia do equipamento de registo, avarias constantes de computadores, aliadas à incompatibilidade das impressoras bem como a falta de domínio no manuseamento do equipamento informático por parte dos brigadistas facto que desmotivou os cidadãos.

A província de Nampula tinha a previsão inicial de registrar pouco mais de 564 mil eleitores, mas no fim recenseou apenas 451 mil eleitores, ficando por recensear mais de 112 mil eleitores.

O director-geral do STAE, Felisberto Naife, reconheceu que o processo de recenseamento eleitoral foi marcado por pequenos constrangimentos, mas que foram imediatamente sanados e que não influenciaram nos números conseguidos.

Faife referiu que dos 3.500 mil elei-

tores que o STAE previa recensear conseguiu cerca de três milhões de eleitores, o correspondente a 85% do universo estimado.

Embora não tenha alcançado as metas, o director-geral do STAE aponta o processo como positivo já que conseguiu alcançar os padrões internacionalmente aceites que são 75%.

Os municípios de Gúruè com registo na ordem dos 40,5%, Alto Molócuè com 50,88% e Mocuba com 53,38% (todos na províncias da Zambézia) são os pontos que menos eleitores registaram. Os municípios de Ulónguè (Tete), Mandlakazi (Gaza) e Marrupa (Niassa) com índices de registo na ordem de 246,75%, 203,89% e 199,48% respectivamente são as autarquias que mais eleitores registaram.

Com um universo de 64,45% eleitores recenseados, a província da Zambézia aparece como a pior em termos do número de eleitores enquanto que a província de Manica apresenta-se em frente com um universo de 99,73% de eleitores inscritos.

Revisão do calendário eleitoral face ao diálogo Governo-Renamo

Felisberto Naife disse que a revisão do calendário eleitoral face ao diferendo entre o Governo e a Renamo, ora em negociações, não depende da sua instituição, mas de outros órgãos com competências legislativas.

De acordo com Faife, o Governo e a Renamo estão num diálogo político que, em caso de consenso, poderá culminar com a revisão do processo eleitoral e obrigar a recalculação da data das eleições autárquicas, mas a decisão não cabe ao STAE mas aos órgãos competentes.

Lembre-se que a Renamo diz que não vai participar nas presentes eleições se não se rever a actual legislação eleitoral.

O diferendo acerca do pacote eleitoral e outros quatro pontos levou o Governo e a Renamo a várias rondas negociais, que nos últimos tempos têm mostrado cedências entre as partes facto que poderá culminar com a revisão da lei eleitoral.

O vício de deixar tudo para última hora

O processo de recenseamento para eleições autárquicas de 20 de Novembro foi oficialmente encerrado nesta terça-feira, 23. Porém, até às últimas horas desta data, vários postos de recenseamento registavam enchentes fora do comum e nalguns casos as pessoas acabaram não recenseado e pediram a prolongação do processo, mas o pedido foi imediatamente recusado pelas autoridades competentes que disseram que não havia razões para tal.

Cerca das 18 horas do mesmo dia, o SAVANA escalou o posto de recenseamento instalado na Escola Primária 3 de Fevereiro e o cenário era caracterizado por longas bichas e mais gente continuava a chegar ao local.

Célia Chivanga, supervisora do posto, lamentou a situação e referiu que o facto das pessoas deixarem tudo para última hora complicava o processo. Referiu que as enchentes pressionavam os brigadistas e as máquinas.

O mesmo cenário foi também registado na Escola Secundária da Polana, onde segundo Acácio Francisco, um brigadista, a situação estava a provocar fadiga no seio dos seus colegas e que era de lamentar.

Segundo Francisco, a sua assembleia ficou mais de 50 dias sem movimento de pessoas para recensear, porém, nos dois últimos dias a situação inverteu-se completamente.

Sublinhou que o vício de deixar tudo para última hora tomou conta dos moçambicanos e isso prejudica quer o brigadista que trabalha sob fadiga bem como o cidadão que se vê obrigado a ficar longas horas na bicha à espera da sua vez.

Quando o SAVANA escalou, cerca das 20 horas, o posto de recenseamento instalado na Escola Secundária da Kurbula (bairro de Maxaquene A), o trabalho estava interrompido devido à avaria da máquina e as pessoas aguardavam na bicha.

As pessoas que se fizeram aos postos de recenseamento no último dia justificaram-se de várias formas. Algumas apontavam a indecisão, outras a preguiça, outras a falta de tempo devido à pressão laboral ou pelos afazeres diáriamente.



Felisberto Naife reconhece que o censo foi marcado por pequenos constrangimentos, mas que não mancharam o processo



"A CNE só tem a prerrogativa de cumprir e fiscalizar o cumprimento da lei eleitoral e não abrir exceções", Abdul Carimo

“Pode-se discutir a sustentabilidade do modelo para o nosso quadro financeiro”

- admite Amílcar Tivane, director nacional do Orçamento, comentando o debate sobre pensões de reforma de titulares de órgãos públicos

Por Emídio Beúla

O director nacional do Orçamento, Amílcar Tivane, disse em entrevista ao SAVANA que a sociedade deve discutir a sustentabilidade económica e financeira e não a legalidade do modelo de fixação de pensões de reforma para titulares e membros de órgãos públicos que actualmente desempenham outras actividades no sector público em comissão de serviço.

Tivane reagia ao debate em curso na esfera pública suscitado pelo BR (Boletim da República) II Série, nº33, de 24 de Abril de 2013, documento que fixa as pensões de reforma de alguns dirigentes superiores do Estado e membros de órgãos públicos pelo anterior exercício de funções no sector público e que neste momento se encontram no activo e a ocupar cargos públicos. No fundo, o que causou ondas de choque em alguns sectores de opinião é a ausência de um dispositivo legal que proíbe a acumulação de pensão de reforma e outras remunerações por parte de dirigentes superiores do Estado que tendo fixado a sua pensão de reforma, acham-se no activo a ocupar cargos nos órgãos do sector público para os quais foram convidados.

Quem acumula salário e pensão

O BR em referência elenca nomes de figuras que ocupam cargos de ministros no actual Governo, deputados à Assembleia da República na presente legislatura e actuais membros de conselhos de administração de institutos\empresas públicos. Na lista sobressaem os actuais ministros das Finanças, Manuel Chang, com uma pensão de reforma de 108.985,18MT; da Agricultura, José Pacheco, com 112.988,43MT; das Obras Públicas e Habitação, Cadmiel Muthemba, com 114.452,07MT; das Pescas, Vítor Borges, com 118.789,43MT; Lucas Chomera, ex-ministro da Administração Estatal e actual vice-Presidente da AR, com 112.988,43MT; Virgínia Matabele, ex-ministra da Mulher e Ação Social e ex-vice PCA do Instituto Nacional do Turismo, actualmente deputada à AR, com 112.988,43MT; José António Chichava, ex-ministro da Administração Estatal e actual deputado e membro da Comissão Permanente da AR, com 112.988,43MT; Alcídio Nguenha, ex-ministro da Educação e actual deputado à AR, com 105.005,43MT; António Sumbana, actual ministro na Presidência para os Assuntos da Casa Civil, com 112.988,43MT; Abdul Razak Noormahomed, ex-governador de Nampula e actual vice-ministro dos Recursos Minerais com 86.647,00MT; David Simango, ex-ministro da Juventude e Despor-



Amílcar Tivane

tos e actual Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, com 108.985,18MT; Armindo dos Santos Matos, actual PCA da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P com 190.000,00MT.

Em declarações ao SAVANA, Amílcar Tivane explicou que o quadro jurídico moçambicano prevê o direito a uma pensão de reforma ao funcionário público que tenha observado alguns requisitos como, por exemplo, ter completado a idade de 65 anos para homens e 60 para mulheres, ou ter trabalhado durante 35 anos no sector público. Mesmo antes da idade recomendada, o funcionário pode solicitar uma fixação da pensão desde que pague os encargos que descontaria durante o período de serviço.

“Observados esses requisitos, submete-se o pedido da fixação da pensão e ela é fixada e atribuída. Porque, na verdade, são os descontos que a pessoa fez durante o período de vida activa. O que sucede é que há situações de personalidades quadros do aparelho do Estado que exercem outras funções em comissão de serviço e a lei sugere que têm direito a uma remuneração. A lei não estabelece nenhuma exceção”, explicou o director nacional do Orçamento.

Sobre a sustentabilidade do modelo, Tivane disse ser legítimo que a sociedade avalie e discuta se este modelo é o mais adequado e sustentável, tendo sempre presente “o quadro financeiro” do país.

Finanças em conselho coordenador

Termina hoje na cidade de Chókwè o VII conselho coordenador do MF (Ministério das Finanças), um encontro de dois dias que decorre

sob lema “Consolidando as Reformas da Gestão das Finanças Públicas em prol do Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do País”. No encontro, quadros das Finanças de nível central, provincial e distrital discutem a preparação do Orçamento do Estado para 2014. Neste ponto, foram divulgadas as metodologias para a programação orçamental e transmitidas recomendações sobre a necessidade de um maior rigor na programação dos encargos como salários, admissões, progressões e mudanças de carreira. A questão relativa à falta de cabimento orçamental para encargos com horas extraordinárias no sector da Educação foi tema de discussão. Na ocasião, foi apresentado um estudo sobre a conversão de horas extraordinárias em admissões, onde os pesquisadores apelam para uma programação rigorosa dos encargos com horas extraordinárias e à necessidade de durante o exercício executar-se apenas o que tiver cabimento orçamental.

Um dos desafios do MF é implementar o plano de ação para o pagamento de salários por via directa a todos os funcionários do Estado até Dezembro de 2013. No sector público, ainda há funcionários que recebem salários por via de sistemas paralelos ao e-folha, uma plataforma informática que permite pagar salários aos funcionários directamente. O e-folha faz parte das reformas de gestão de finanças públicas em curso naquele ministério, e já foi expandida para 171 direcções provinciais e 424 novos sectores de nível distrital. Ainda nas reformas, o e-SISTAFE, os terminais que permitem às instituições fazerem não só a programação, mas também a execução da despesa a partir dos seus locais de trabalho, foi expandido para 106 unidades gestoras e beneficiárias do Orçamento do Estado.

Política fiscal vs crescimento económico

Um estudo econométrico feito por economistas da Direcção Nacional do Orçamento sobre o impacto da política fiscal no crescimento económico conclui que a despesa pública tem uma associação significativa com o crescimento económico. No entanto, revela o estudo apresentado no conselho coordenador, a magnitude dessa associação é fraca. “Isto é, um aumento de 1% nas despesas públicas nesses sectores está associado a uma aceleração do crescimento económico na ordem de 0,1%”, esclareceu Tivane. O estudo procura averiguar se o incremento de recursos públicos para alguns sectores como seja infra-estruturas, Educação, Saúde, Agricultura, Desenvolvimento rural e Boa governação está associado a uma aceleração do crescimento económico. Mas uma vez desagregado, o contributo marginal do investimento em sectores específicos evidencia que as despesas no sector de infra-estruturas e Agricultura estão significativamente correlacionadas

com o crescimento económico. Mas no sector da Educação, a indicação é de que mais gastos. No entanto, no sector da Educação há indicação de que o aumento de investimentos não corresponde necessariamente a aceleração do crescimento económico. “Significa que há problemas de eficiência que têm de serem repensados, a qualidade dos gastos, pode ser também que estes gastos não sejam economicamente significativos, mas estatisticamente significativos”, disse o director nacional do Orçamento, na qualidade de porta-voz do VII Conselho Coordenador do Ministério das Finanças.

Os participantes do encontro avaliaram se os megaprojectos estão a traduzir-se em melhorias no nível da actividade económica dos residentes locais e a transformar a estrutura das comunidades e dos distritos onde estão a decorrer. No Orçamento do Estado para 2013, o Governo consignou um montante de 20 milhões de meticais, equivalentes a 1,5% do imposto sobre produção dos megaprojectos, às comunidades onde decorrem os megaprojectos.

Revisão orçamental para incorporar USD 175 milhões

Segundo o porta-voz do conselho coordenador, Amílcar Tivane, o encontro de Chókwè vai ainda discutir a proposta de revisão do Orçamento para 2013, cujo objectivo principal é incorporar a receita adicional no montante de 5.337 milhões de meticais (USD175 milhões). O montante resulta da tributação de mais-valias, ganhos de correntes das transacções de ações de empresas que operam no sector petrolífero. O valor visa financiar as ações de reconstrução pós-cheias, bem como reforçar o fundo de salários para garantir que o Governo cumpra com o pacote de reajuste recentemente aprovado.

LDH inaugura instalações próprias

Vinte anos depois da sua criação, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) inaugurou, na tarde desta quarta-feira, instalações próprias.

Trata-se dum majestoso edifício localizado no bairro do Alto Maé, centro da cidade de Maputo. Falando na cerimónia, Alice Mabote presidente da LDH, disse que o facto representava um dos momentos mais marcantes da história da existência da Liga e assinalava a concretização de um dos sonhos mais almejados, que é a aquisição de casa própria, que se reflecte na evolução, na credibilidade, e no reconhecimento do trabalho que esta instituição desenvolve, por parte da

sociedade e dos parceiros que tornaram possível a realização desta grande aspiração.

Sem indicar os valores envolvidos na operação, Mabote referiu que a aquisição do imóvel contou com o apoio das embaixadas da Noruega, Suécia, Dinamarca e a Diakonia através do programa AGIR.

Esta é a segunda vez que os parceiros de cooperação dos países nórdicos adquirem imóveis para organizações moçambicanas.

No mês passado, a embaixada Suécia investiu 850 mil dólares americanos para adquirir um imóvel para o Fórum das Rádios Comunitárias (FOR-COM).

Governo e Renamo regressam aos impasses

Por Argunaldo Nhampossa

Depois de sinais de aproximação, as delegações do Governo e da Renamo retornaram, nesta segunda-feira no decurso da décima ronda, aos habituais impasses que caracterizavam o chamado diálogo político.

A velha questão da paridade nos órgãos eleitorais e o desejado "acordo político" continuam sendo os principais pormos de discordia entre as partes.

A Renamo aponta que a sua proposta em torno da legislação eleitoral deverá seguir ao Parlamento depois do Governo aceitar o princípio de paridade nos órgãos eleitorais e mediante um acordo político. Por sua vez, o governo entende que este modelo exigido pela Renamo foi ultrapassado nas eleições de 1994 e vai primar pelo princípio de separação de poderes.

No final das negociações havidas semana passada entre as duas equipas tudo levava a crer que a 12ª ronda colocaria ponto final ao debate sobre a matéria eleitoral. Mas pelo contrário, o debate voltou a ser mergulhado numa onda de impasses.

Dentre os 12 pontos e as 19 alíneas que compõem a proposta sobre a legislação eleitoral, o Governo e a Renamo concordam plena e parcialmente com 15 pontos, sendo que alguns carecem de reajustamentos (ver caixa). Mas nos restantes três pontos que versam sobre a paridade nos órgãos eleitorais não há consensos.



Governo e Renamo continuam de costas voltadas

A título de exemplo, a equipa do executivo não concorda com a alínea (a) do ponto dois sobre a CNE. A Renamo pretende uma CNE designada em respeito ao princípio de paridade entre ela e a Frelimo, sem prejuízo do consenso alcançado entre as bancadas do partido no poder e do MDM. No ponto três que versa sobre o STAE, o executivo não concorda com a alínea (b) que estabelece um órgão onde o seu quadro de pessoal para além dos recrutados mediante

concurso público, integra pessoal proveniente dos partidos políticos, com assentos na Assembleia da República, designados por paridade. O Governo não concorda também com a alínea (b) do ponto seis que estabelece que os membros da mesa de votação designados por paridade, de modo que em cada mesa de voto sejam integrados cidadãos propostos por partidos.

A delegação governamental chefiada por José Pacheco não concorda com o

estabelecimento de paridade naqueles órgãos, alegadamente porque este modelo não se enquadra na actual conjuntura política do país. No decurso da oitava ronda, Pacheco afirmou que este modelo foi usado nas eleições de 1994 e já está desajustado, pois há outro partido político com assento parlamentar.

José Pacheco, que também é titular da pasta de agricultura, indicou que no decurso da 12ª ronda a Renamo assinou a quinta e sexta actas, facto

que para ele constituía o encerramento deste debate sobre a legislação eleitoral e aguardava a remessa do documento ao parlamento para apreciação.

De este modo, Pacheco diz não entender as pretensões da Perdiz, porque as actas assinadas pelas partes relatam os assuntos que quase tornaram aquele diálogo como se de surdos e mudos se tratasse, mas tendo o governo acolhido boa parte daquele documento já era hora de partir para outros pontos da agenda.

Mais ainda destacou que a sua contraparte exige que o diálogo produza um comando que obrigue a Assembleia da República a chancelar esta proposta. De acordo com Pacheco, isto não será possível porque não se pode dar ordens a um órgão de soberania.

Por sua vez, o chefe da missão da Renamo, o deputado e jurista Saimone Macuiana, diz que a ronda desta semana voltou a deitar abaixo toda a expectativa que reinava depois do posicionamento da contraparte no último encontro.

Macuiana destaca que o posicionamento do governo deve salvaguardar acima de tudo as questões essenciais que norteiam aqueles encontros, que são a paridade nos órgãos eleitorais.

Macuiana refere também que o objectivo daqueles encontros é que saia um acordo político que deverá ser tomado em consideração pela AR.

Posicionamentos da Renamo e comentários do Governo sobre pacote eleitoral

No âmbito do diálogo entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo sobre os pontos constantes na agenda do referido diálogo, foi até à data, debatido o primeiro ponto relativo a Legislação Eleitoral. Com efeito, movidos pelos superiores interesses do Povo Moçambicano, nomeadamente a manutenção da Paz, Justiça Social, Democracia e realização de Eleições livres, justas e transparentes, assim:

I. As partes chegaram a consenso de que os pontos apresentados pela Delegação da RENAMO, relativamente a legislação eleitoral são relevantes, pertinentes, oportunos e urgentes.

II. As partes acordaram em adoptar os pontos sobre os princípios de Legislação Eleitoral apresentados pela Renamo e em submetê-los à Assembleia da República para serem transformados em lei, devidamente articulado.

III. Para a execução do ponto 11, as partes acordam:

a) Propor o seu agendamento para a próxima sessão extraordinária da Assembleia da República, no prazo de 10 dias a contar da data de assinatura do presente acordo.

b) Recalendariização do actual ciclo eleitoral.

IV. As partes acordam que a actividade política ou partidária não deve ser alvo de interferência, intimidação ou coação de espécie alguma, movidas por qualquer autoridade singular ou colectiva.

V. As partes acordam que o Governo, tendo registado os pontos sobre os princípios de legislação eleitoral, apresentados pela Renamo, compromete-se em trabalhar tecnicamente nos fóruns apropriados, sempre que, para o efeito, for solicitado.

VI. Dada a sua natureza, as partes acordam em remeter à Assembleia da República para efeitos de serem transformados em lei, na seguinte ordem:

1. Princípios gerais:
Liberdade de imprensa e de acesso aos meios de comunicação;
Liberdade de associação, expressão e de propaganda política;
Não exigência do atestado de residência nas candidaturas às eleições, por morada dos eleitores/candidatos constar do cartão de eleitor.
(Governo: concorda com todos estes pontos)

2. Comissão Nacional de Eleições:
Uma Comissão Nacional de Eleições designada em respeito ao princípio da PARIDADE entre a Renamo e a Frelimo, sem prejuízo do consenso alcançado entre as bancadas da Frelimo e do MDM; **(Governo: não concorda)**

Comissão Nacional de Eleições em cujas sessões plenárias assistem, querendo, representantes ou mandatários de partidos políticos; **(Governo: concorda)**

Comissão Nacional de Eleições com poder regulamentar apenas no âmbito das competências atribuídas pela lei; **(Governo: Concorda)**

Comissão Nacional de Eleições impedida de exigir requisitos ou documentos para além dos previstos na lei; **(Governo: Concorda)**

Replicar o formato da CNE a todos os seus órgãos de apoio, designadamente Comissões de Eleições Provinciais, Distritais e de Cidade, com as necessárias adaptações. **(Governo: Concorda)**

3. Secretariado Técnico de Administração Eleitoral:

STAE dirigido por um Director Geral e um Director Geral Adjunto que suporta as Direcções Nacionais, designados por consenso entre a Renamo e a Frelimo;

*a) **Governo: Poderia considerar-se a possibilidade de cada Partido representado na Assembleia**

da República concorrente indicar um observador permanente junto do STAE ou, alternativamente, que os partidos indiquem, por consenso, um observador permanente (efectivo e suplente);
STAE onde o seu quadro de pessoal para além dos recrutados mediante concurso público, integra pessoal proveniente dos partidos políticos e coligações de partidos, com assentos na Assembleia da República, designados por PARIDADE; **(Governo: não concorda)**

Replicar o formato da alínea anterior, ao STAE Provincial, Distrital ou de Cidade e no processo de criação de brigadas de recenseamento e nas mesas de votos. **(Governo: Concorda com a réplica em todos os níveis nos termos da nossa alínea a)*.**

4. Recenseamento Eleitoral:

a) Os locais de recenseamento devem ser institucionalizados e fixos. **(Governo: Concorda)**

b) O cartão de eleitoral deve servir de prova plena de todos os elementos nele contidos nomeadamente, a morada ou residência. **(Governo: Concorda)**

5. Campanha eleitoral:

Proibição de publicidade de campanha eleitoral fora do tempo da antena a fim de salvaguardar o princípio de igualdade entre os concorrentes que apenas devem usar o tempo de antena distribuído pelos órgãos. **(Governo: Concorda parcialmente. Entende-se haver necessidade de regularmentar a propaganda eleitoral, de modo a garantir-se uma efectiva igualdade de tratamento dos concorrentes nos meios de comunicação públicos).**

6. Assembleia de voto:

50 Dias antes das eleições, cópias dos

cadernos eleitorais são entregues, contra recibo, a todos os concorrentes às eleições, com o objectivo de imprimir maior transparência à votação; **(Governo: concorda parcialmente Entende-se ser possível a entrega em formato electrónico, 45 dias antes das eleições, duma lista nominal dos eleitores com indicação do código da mesa da assembleia de voto).**

Membros da mesa de votação designados por paridade, de modo a que em cada mesa de voto sejam integrados cidadãos propostos por partidos. **(Governo: Não concorda).**

7. Fiscais/Delegados de candidatura:
Os fiscais/delegados de candidatura são indicados e credenciados pelos partidos políticos;

(Governo: Concorda parcialmente. Sugere-se que os partidos devem enviar uma lista com o nome dos seus fiscais/delegados aos órgãos eleitorais, cabendo aos órgãos eleitorais a credenciação)

Proibição de prender membros da assembleia de voto, delegado de candidatura ou fiscal de qualquer partido político ou coligação de partidos. **(Governo: Concorda).**

8. Apresentação de candidatura:

As listas de candidaturas a Deputado da Assembleia da República, Membro das Assembleias Provinciais e Municipais e para Presidente de Município, devem ser recebidas pela CNE, contra recibo detalhado do que se recebe, que não se poderá recusar, devendo notificar os partidos/concorrentes às eleições para suprir irregularidades de qualquer natureza.

(Governo: Concorda).

9. Votação:

Os delegados de candidatura devem

ficar junto à mesa de votação para melhor exercer os seus direitos;

(Governo: Concorda parcialmente. Sugere-se que os delegados de candidatura devem ocupar os lugares mais próximos da mesa de assembleia de voto).

10. Boletins de voto:

Não podem ser produzidos em número superior ao dos eleitores inscritos em cada caderno eleitoral, com o objectivo de evitar que os boletins que sobram possam ser usados de forma ilícita;

(Governo: Concorda parcialmente. Porém o número de boletins produzidos deve salvaguardar uma reserva de até 10% de boletins de voto destinados a substituir os boletins de voto inutilizados por erro do eleitor no acto da votação).

11. Contagem de votos:

A contagem e apuramento parcial dos votos são presenciados, em cada mesa, por representantes dos concorrentes às eleições, para conferir maior transparência ao processo eleitoral;

(Governo: Concorda).

12. Contencioso eleitoral:

O contencioso eleitoral passa a ser dirigido pelos tribunais eleitorais;

Introduz-se a figura de recontagem de votos com a finalidade de resolver os conflitos eleitorais, reverificando os boletins de votos das mesas cujos resultados forem postos em causa ou duvidosos.

Governo: a) Concorda. Contudo sugere-se que os tribunais judiciais funcionem como Tribunais Eleitorais, durante o período do início da campanha eleitoral até à proclamação dos resultados.

b) Concorda. Com a salvaguarda de que a recontagem ocorra na mesa da assembleia de voto.

Robert Kennedy, John Kennedy e Eduardo Mondlane: o telefonema de 4ª feira, 8 de Maio de 1963

- Dedicado ao Dr. Yussuf Adam em Maputo.

Por António Botelho de Melo*

Esutar a gravação da chamada feita por Robert Kennedy ao seu irmão John, então Presidente dos Estados Unidos, diz mais do que o mero texto sugere. JFK indica que nunca tinha ouvido falar de Eduardo Mondlane, então há quase um ano a liderar o grupo de nacionalistas que queriam trazer a independência à colónia portuguesa de Moçambique. Pelo tom, o Presidente norte-americano nem sequer sabia bem se Moçambique era uma colónia portuguesa, se bem que ele soubesse umas coisas sobre Portugal, um dos primeiros países europeus a reconhecer a independência norte-americana após 1776 (o reconhecimento português foi formalizado a 15 de Fevereiro de 1783, o norte-americano em 21 de Fevereiro de 1791).

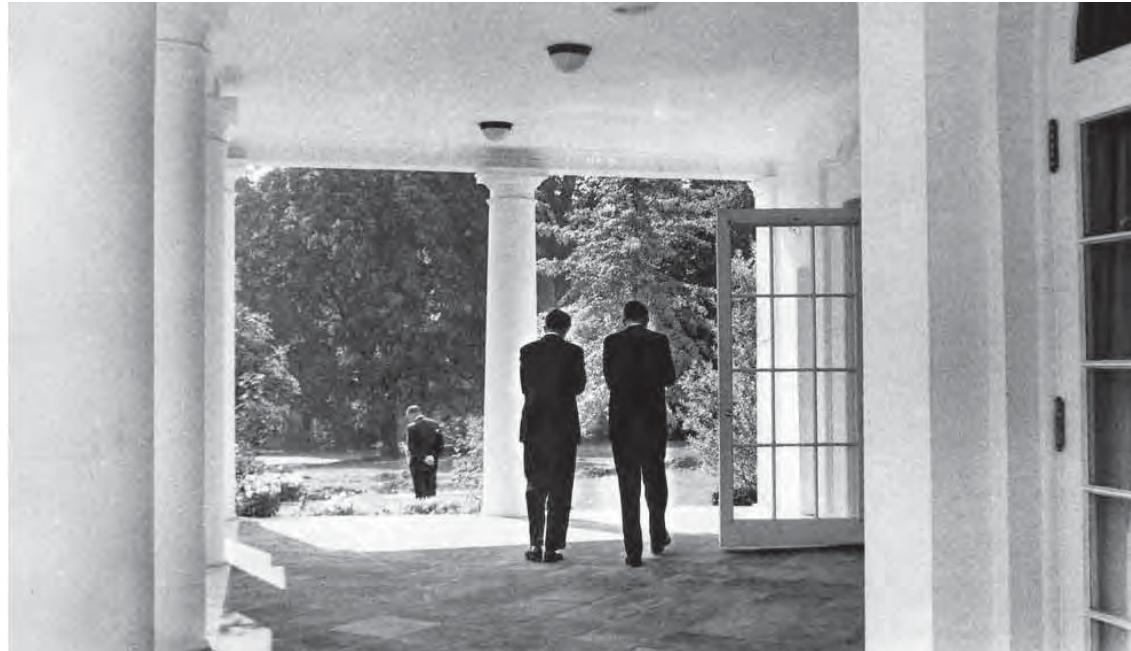
Antes de ter sido eleito presidente em 1960, John Fitzgerald Kennedy havia sido um dos dois Senadores pelo Estado de Massachusetts, a base do poder dos Kennedy e onde residiam milhares de portugueses originários do Arquipélago dos Açores, bem como muitos cabo-verdianos, que então eram também cidadãos portugueses. Nessa comunidade muitos se recordavam da autorização especial negociada por Kennedy para possibilitar a imigração para os EUA de milhares de açorianos aquando das erupções do vulcão dos Capelinhos, junto da Ilha do Faial, entre Setembro de 1957 e Outubro de 1958.

Os Açores, um conjunto de nove ilhas portuguesas no Oceano Atlântico situadas a dois terços do caminho dos EUA para a Europa, ilhas que muito rapidamente se tornaram num verdadeiro calcanhar de Aquiles da política norte-americana em relação a Portugal e às suas colónias, dada a sua importância estratégica para a Aliança Atlântica e no quadro da Guerra Fria – e curiosamente, para onde fora exilado Gungunhana, o chefe dos Vátuas de Moçambique, em 1896 e onde falecera dois dias antes do Natal de 1906.

Na Ilha açoriana da Terceira, desde a Segunda Guerra Mundial que funcionava uma enorme base aérea, que, singularmente, possibilitava o movimento rápido de tropas e munições dos Estados Unidos para a Europa e o Médio Oriente. A alternativa era o seu envio por barco, o que era incomensurável com os requisitos da guerra moderna.

Por outras palavras, face à nova pressão e à urgência norte-americana em ver Portugal a agir em relação às suas colónias em sincronia com o resto da Europa, Salazar não só resistiu, como tinha – e utilizou – a chantagem açoriana.

Mas naquela quarta-feira, dia 8 de Maio de 1963, de nada disso se falou. Robert Kennedy, o algo polémico Procurador-Geral do governo federal, mais ou menos focado em acabar com as redes de crime organizado nos Estados Unidos, mas em tudo o mais um leal e importante conselheiro do irmão, telefonou-lhe para lhe falar



JFK e RFK na Casa Branca. Num telefonema feito a 8 de Maio de 1963, Bob Kennedy menciona Eduardo Mondlane pela primeira vez ao Presidente Kennedy

de uma série de tópicos. O assunto Eduardo Mondlane ficou encaixado no meio de um conjunto de temas desconexos.

Quiçá mais do que o Presidente, o seu irmão RFK estava ciente da situação dinâmica da luta dos americanos negros pela sua integração plena na sociedade norte-americana, em crescendo desde os anos 50 e, no foro externo, do surgimento dos novos países africanos na cena internacional, em aliança com uma série de países asiáticos, os quais, a partir de 1960, reforçaram o contingente anti-colonial na Organização das Nações Unidas. No início dos anos 60, a Argélia francesa estava a ferro e fogo e a Grã-Bretanha movia-se rapidamente para tornar independentes as suas colónias. Em 1961 iniciou-se uma guerrilha anti-colonial em Angola, no final desse ano a Índia tomou para si as pequenas parcelas que constituíam o Estado Português da Índia, e em meados de 1962 os grupos independentistas de Moçambique juntavam-se numa frente única para articular o esforço pela independência. Por sugestão e pressão de Julius Nyerere, o mercurial novo líder da Tanganika, o Dr. Eduardo Mondlane, que então vivia nos Estados Unidos há vários anos e que estava casado com uma cidadã norte-americana, e que era uma escolha natural para liderar o movimento, aceitou presidir à Frelimo, cuja sede e base de operações passou a ser a futura Tanzânia.

Na ONU, vivia-se uma nova era, em que os países agora independentes insistiam em colocar na agenda a descolonização, tentando forçar o assunto pela via diplomática, algo que os Estados Unidos, também uma ex-colónia, nada tinham contra, excepto que tal mexia com as suas relações estratégicas com um conjunto de países europeus, entre os quais Portugal, onde mandava uma única figura desde 1932: António de Oliveira Salazar. Salazar, veio-se a confirmar, tinha uma enorme desconfiança em relação aos Estados Unidos, a grande potênc-

cia emergente no mundo após o término da Segunda Guerra Mundial, altura em que o poder real nas relações internacionais gravitou das mãos mais batidas e conhecidas da Grã-Bretanha para que o que ele considerava ser uma diplomacia menos experiente e mais volátil.

Mais grave ainda, Salazar, que nunca visitara nenhuma colónia portuguesa durante toda a sua vida, achava que os destinos desses territórios eram assunto para Portugal decidir conforme considerasse melhor, sendo que aos residentes (ambos colonizados e colonos) não lhe ocorria fazer uma consulta sequer. E Salazar, como a chamada “ala dura” do regime por ele criado, perspectivava como sendo simplesmente impensável sequer discutir a questão da sua autonomia, quanto mais a sua independência, que provavelmente vislumbrava ocorrer dali a muitas dezenas de anos. Na óptica do regime, “aquilo é nosso”, tal como uma quinta em Trás-os-Montes.

Para os norte-americanos, especialmente para a Administração Kennedy, a postura de Salazar era completamente insana e jogava em favor do Bloco Chino-Soviético, adversário dos americanos na Guerra Fria, que já tinham dado claros sinais de quererem explorar plenamente a oportunidade de pressionar o Ocidente via o apoio e controlo de movimentos independentistas espalhados por todo o mundo. Esta percepção fora ainda mais agravada pela Crise dos Mísseis de Cuba, ocorrida em Outubro de 1962, e que colocara então os Estados Unidos a um fio de um conflito nuclear com a União Soviética.

Assim, os americanos, especialmente Bob Kennedy, sabiam que era importante e urgente para os Estados Unidos negarem esse espaço de manobra aos países da Cortina de Ferro, que se aproveitavam das descolonizações para demarcar os seus novos domínios, por assim dizer. No caso da Tanzânia, a aproximação fez-se com a China, que, como se podia prever, viria a ser

desempenhar um papel importante e exercer uma enorme influência na então emergente Frelimo, apesar dos esforços dedicados do Dr. Mondlane e da sua mulher de diversificarem os apoios e assim reduzirem a dependência da Frente nas ditaduras comunistas.

Penso que é neste contexto global que se insere esta primeira abordagem formal do Dr. Eduardo Mondlane à Administração Kennedy em 1963. Certamente foi entendida como tal. No telefonema de 8 de Maio de 1963, RFK indica que tivera mais que um contacto com Mondlane e que ele ficara deveras impressionado com o então Presidente da Frelimo.

Registo da conversa telefónica entre JFK e RFK sobre Mondlane e Moçambique

Início - 08,27 mins. Fim - 10,00 mins

Documentos de John Fitzgerald Kennedy Gravações Presidenciais - Dictabelts - Dictabelt 18B (Início)

RFK: Agora, mais uma coisa. Uh..., há cerca de duas semanas tive uma conversa com alguém que passa pelo nome de [Eduardo] Mondlane ...

President (JFK): Yeah.

RFK: ... que é de Moçambique.

Presidente: Yeah.

RFK: E ele é o tipo que está a liderar os esforços para, uh, tornar Moçambique independente. Ele é um tipo terrivelmente impressionante.

Presidente: Yeah.

RFK: Uh, ... ele, uh, ... Alguns dos seus homens têm... Ele é o líder deles, mas alguns deles

recebem alguma ajuda e apoio da Checoslováquia e da Polónia. Ele precisa do apoio dos Estados Unidos por duas razões. Uma, para poder lhes mostrar que há gente no Ocidente que simpatizam com a sua causa, e,

a segunda, apenas para se manterem activos. E, uh, o valor que ele mencionou, que iriam precisar para um ano é bastante razoável. Primeiro, ele precisa de cinquenta mil dólares para ajudar os refugiados. Uh, ... penso que eles ... há a possibilidade de conseguirem outros cinquenta mil dólares da Fundação Ford. Pelo menos estão a trabalhar nisso. Carl Kaysen está. Uh, mas pelo menos ele precisará de cinquenta mil dólares da nossa parte. Agora, uh, Dean Rusk pensa que ... uh, precisa de sentar com os portugueses e dizer-lhes que nenhuma destas pessoas está a receber qualquer dinheiro. Uh, ... se ele passasse este assunto para alguém como Averell Harriman or John McCone, apenas para medir o seu juízo, uh, ... ele não teria que estar directamente envolvido...

Presidente: Yeah.

RFK: ... ou saber alguma coisa sobre o assunto. Uh, ... Penso que seria extremamente útil. Agora, já tivemos algumas abordagens sobre estas coisas durante a última semana, e Carl Kaysen poderá te dar mais detalhes. Mas este tipo (Mondlane) regressa na quarta-feira, e irá se encontrar com os Chefes de Estado de todas estas nações africanas nesta reunião, presumo que na próxima semana.

Presidente: Claro que não gostaríamos que ele andasse a dizer que recebeu alguma coisa da nossa parte.

RFK: Não, não teríamos nada disso, estás a ver?! Teríamos isso através de uma Fundação privada.

Presidente: Yeah.

RFK: Depois eles fariam a distribuição (forma de utilização).

Presidente: Estou a ver.

RFK: E o John McCone poderá tratar disso. Portanto não viria da agência.

Presidente: Bom, agora, depende de quê... Uh, achas que devemos dar?

RFK: Sim.

Presidente: O.K., bom, então, o que fazemos?

RFK: Bom, se talvez chamasses o Carl Kaysen e discutesse com ele sobre como deve ser feito, porque se tiver que ser feito de tal modo que Dean Rusk se sinta confortável ... e, uh, Averell Harriman acredita firmemente que deve ser dado.

Presidente: O.K.

RFK: Mas, uh, penso que se pudesse ser tratado de modo a que... talvez você pode explicar ao Dean Rusk, ele não tem que saber disto directamente.

Presidente: Será que devemos informar o Dean Rusk?

RFK: Bom, uh, o Carl Kaysen tem todos os factos sobre o assunto, e ele irá sugerir como deve ser tratado.

(Fim)

* <http://delagoabayworld.wordpress.com/2013/07/21/robert-kennedy-john-kennedy-e-eduardo-mondlane-o-telefone-de-4a-feira-8-de-maio-de-1963/>

Tradução de inglês-português da conversa telefónica é da responsabilidade do SA-VANA

EDITORIAL

Este não é o momento para ver e ficar calado

Depois de alguns sinais que davam a entender que o diálogo entre o governo e a Renamo estava a caminhar no sentido de um entendimento sobre a lei eleitoral, eis que a realidade nos alerta para o facto de que tal ainda está longe de ser alcançado.

A única coisa que as duas partes conseguiram até aqui fazer é assinar as actas dos encontros que vêm realizando no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano (CICJC), e concordar sobre algumas propostas formais apresentadas pela Renamo.

Mas pelo que foi dado a entender depois da reunião desta semana, os dois lados estão ainda muito longe de um acordo no que diz respeito àquilo que são as questões fundamentais deste diálogo sobre matérias eleitorais.

E quais são estas questões fundamentais? Notavelmente, a proposta da Renamo para o estabelecimento da paridade na composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

A proposta da Renamo não visa apenas a paridade ao nível central. Ela pretende que este modelo também seja replicado em todos os escalões, incluindo nas assembleias de voto.

Sem acordo nestas questões, não parece haver qualquer tipo de avanços de que se possa falar. E pelo andar da carruagem, salvo alguma solução mágica, parece que iremos às eleições autárquicas de Novembro, sem a participação da Renamo.

Ir às eleições sem a Renamo não seria novidade. Nas primeiras eleições autárquicas em 1998, a Renamo também não participou.

A única diferença é que dessa vez, o partido de Afonso Dhlakama adiciona ao boicote a ameaça do uso da força para inviabilizar as eleições. Claro que é uma decisão soberana da Renamo não participar em eleições e apelar aos seus membros e simpatizantes para seguirem o seu exemplo. Mas a lei não permite que ela obrigue outros potenciais eleitores a obedecerem

às suas ordens, muito menos com recurso à violência.

Se a Renamo recorrer à violência, o governo será obrigado a assumir as suas responsabilidades constitucionais de proteger os cidadãos, usando todos os meios à sua disposição e permissíveis, incluindo a violência. Os níveis de violência descontrolada díá decorrentes poderão tornar a guerra dos 16 anos parecer uma espécie de pequenique, com a possibilidade do país se tornar ingovernável.

Será que a Renamo acredita que esta é única alternativa viável que lhe resta para fazer valer as suas reivindicações? Só a própria Renamo é que sabe. Mas vale a pena dizer que depois de um cenário destes, ninguém mais estará vivo para contar a história.

E é isto que deve ser evitado a todo o custo. Mas o tempo está se a tornar cada vez mais escasso, tendo em conta que entre agora e as eleições só nos separam efectivamente quatro meses. Será que neste relativo curto espaço de tempo há alguém com capacidade para intervir e evitar o pior? Nós acreditamos que sim. Começando pelos dois protagonistas deste diálogo. Mas não só.

É verdade que algumas organizações da sociedade civil e destacadas personalidades nacionais estão determinadas em encontrar um ponto de aproximação entre o governo e a Renamo. Mas os esforços para esse objectivo devem envolver toda a sociedade.

É preciso que todos os grupos de interesse, organizações e associações sócio-profissionais, de uma forma consciente e destituída de qualquer tipo de manipulação por uma ou outra das duas forças, assumam como sua responsabilidade a procura de meios que permitam chegar a uma solução de equilíbrio.

O perigo da incapacidade dos moçambicanos de se envolverem na busca de soluções criativas será o convite à intervenção de forças externas, cada uma tentando salvaguardar os seus interesses estratégicos, pondo em causa a soberania nacional. Este não é o momento para ver e ficar calado.

Cartoon



Levantamentos aqui, ali e em toda a parte

Por Immanuel Wallerstein*

O levantamento, agora persistente, na Turquia foi seguido por uma revolta ainda maior no Brasil, que por sua vez foi acompanhada por manifestações menos noticiadas, mas não menos reais, na Bulgária. Obviamente, esses protestos não foram os primeiros, e muito menos os últimos de uma série realmente mundial de revoltas nos últimos anos. Há muitas maneiras de analisar este fenômeno. Eu o vejo como um processo contínuo de algo que começou com a revolução mundial de 1968.

É claro que todas as revoltas são particulares em seus detalhes e na correlação de forças internas em cada país. Mas existem certas similaridades que devem ser notadas, se quisermos dar sentido ao que está acontecendo e decidir o que todos nós, como indivíduos e como grupos, deveríamos fazer. A primeira característica em comum é que todas as revoltas tendem a começar muito pequenas — um punhado de pessoas corajosas manifestando-se sobre algo. E então, se elas “pegam”, coisa que é muito imprevisível, tornam-se maciças. De repente, não apenas o governo está sob ataque, mas, em alguma extensão, o Estado enquanto tal. Esses levantes reúnem tanto aqueles que querem a substituição do governo por outro melhor quanto os que questionam a própria legitimidade do Estado.

Ambos grupos invocam o tema da democracia e dos direitos humanos, embora sejam variadas as definições que dão a esses dois termos. No conjunto, o tom dessas manifestações começa do lado esquerdo do espectro político.

A quarta característica em comum é que, em cada onda de protestos,

muitos que se unem ao movimento (especialmente os mais tardios) não chegam para reforçar os objectivos iniciais, mas para pervertê-los — ou para tentar conduzir ao poder políticos grupos de direita que são distintos daqueles que estão actualmente no poder, mas de maneira alguma mais democráticos ou preocupados com os direitos humanos. O quinto traço em comum é que todos eles acabam envolvidos no jogo geopolítico. Governos poderosos, de fora do país nos quais os tumultos estão ocorrendo, trabalham intensamente (embora nem sempre com sucesso), para ajudar grupos aliados a seus interesses a alcançar o poder. Isso acontece tão frequentemente que uma das questões imediatas sobre cada movimento específico é sempre — ou deveria ser — saber quais suas consequências, em termos do sistema mundial como um todo. Isso é muito difícil, já que os desdobramentos geopolíticos potenciais podem levar alguns a desejar rumos opostos às intenções anti-autoritárias originais do movimento. Finalmente, devemos lembrar a respeito deste tema, e de tudo que está acontecendo agora, que estamos no meio de uma transição estrutural: de uma economia mundial capitalista que está se esgotando para um novo tipo de sistema. Mas ele pode ser melhor ou pior. Essa é a batalha real dos próximos vinte a quarenta anos. E a posição a assumir aqui, ali e em qualquer lugar deve ser decidida em função desta grande batalha política mundial.

*académico na SUNY e com trabalho publicado sobre Moçambique

“Novas vozes no Brasil”

Por Lula da Silva •

A juventude, conectada nas redes sociais e com os dedos ágeis em seus celulares, tem saído às ruas para protestar em diversas regiões do mundo. Parecia mais fácil explicar as razões de tais protestos quando eles aconteciam em países sem democracia, como o Egito e a Tunísia em 2011, ou onde a crise econômica levou o desemprego juvenil a níveis assustadores, como na Espanha e na Grécia, por exemplo. Mas a chegada dessa onda a países com governos democráticos e populares, como o Brasil, quando temos as menores taxas de desemprego da nossa história e uma inédita expansão dos direitos econômicos e sociais, exige de todos nós, líderes políticos, uma reflexão mais profunda.

Muitos acham que esses movimentos significam a negação da política. Eu acho que é justamente o contrário: eles indicam a necessidade de se ampliar ainda mais a democracia e a participação cidadã. De renovar a política, aproximando-a das pessoas e de suas aspirações quotidianas. Eu só posso falar com mais propriedade sobre o Brasil. Há uma ávida nova geração em meu país, e eu creio que os movimentos recentes são, em larga medida, resultado das conquistas sociais, econômicas e políticas obtidas nos últimos anos. O Brasil conseguiu na última década mais

que dobrar o número de estudantes universitários, muitos deles vindos de famílias pobres. Reduzimos fortemente a pobreza e a desigualdade. São grandes feitos, mas é também absolutamente natural que os jovens, especialmente aqueles que estão obtendo o que seus pais nunca tiveram, desejem mais. Estes jovens tinham 8, 10, 12 anos quando o partido que eu ajudei a criar, o PT, junto com seus aliados, chegou ao poder. Não viveram a repressão da ditadura nos anos 60 e 70. Não viveram a inflação dos anos 80, quando a primeira coisa que fazíamos ao receber um salário era correr para um supermercado e comprar tudo o que fosse possível antes que os preços subissem no dia seguinte. Também tem poucas lembranças dos anos 90, quando a estagnação e o desemprego deprimiam o nosso país. Eles querem mais. E é compreensível que seja assim. Tiveram acesso ao ensino superior, e agora querem empregos qualificados, onde possam aplicar o que aprenderam nas universidades. Passaram a contar com serviços públicos de que antes não dispunham, e agora querem melhorar a sua qualidade. Milhões de brasileiros, inclusive das classes populares, puderam comprar o seu primeiro carro e hoje também viajam de avião. A contrapartida, no entanto, deve ser um transporte pú-

blico eficiente e digno, que facilite a mobilidade urbana, tornando menos penosa e stressante a vida nas grandes cidades.

Os anseios dos jovens, por outro lado, não são apenas materiais. Também querem maior acesso ao lazer e à cultura. E, sobretudo, reclamam instituições políticas mais transparentes e limpas, sem as distorções do anacrônico sistema partidário e eleitoral brasileiro, que até hoje não se conseguiu reformar. É impossível negar a legitimidade de tais demandas, mesmo que não seja viável atendê-las todas de imediato. É preciso encontrar fontes de financiamento, estabelecer metas e planejar como elas serão gradativamente alcançadas.

A democracia não é um pacto de silêncio. É a sociedade em movimento, discutindo e definindo suas prioridades e desafios, almejando sempre novas conquistas. E a minha fé é que somente na democracia, com muito diálogo e construção coletiva, esses objetivos podem ser alcançados. Só na democracia um índio poderia ser eleito Presidente da Bolívia, e um negro Presidente dos Estados Unidos. Só na democracia um operário e uma mulher poderiam tornar-se Presidentes do Brasil.

A história mostra que, sempre que se negou a política e os partidos, e se buscou uma solução de força, os

resultados foram desastrosos: guerras, ditaduras e perseguições de minorias. Todos sabemos que, sem partidos, não pode haver verdadeira democracia. Mas cada vez fica mais evidente que as nossas populações não querem apenas votar de quatro em quatro anos, delegando o seu destino aos governantes. Querem interagir no dia-a-dia com os governos, tanto locais quanto nacionais, participando da definição das políticas públicas, opinando sobre as principais decisões que lhes dizem respeito.

Em suma: não querem apenas votar, querem ser ouvidos. E isso constitui um tremendo desafio para os partidos e os líderes políticos. Supõe ampliar as formas de escuta e de consulta, e os partidos precisam dialogar permanentemente com a sociedade, nas redes e nas ruas, nos locais de trabalho e de estudo, reforçando a sua interlocução com as organizações dos trabalhadores, as entidades civis, os intelectuais e os dirigentes comunitários, mas também com os sectores ditos desorganizados, que nem por isso têm carências e desejos menos respeitáveis.

E não só em períodos eleitorais. Já se disse, e com razão, que a sociedade entrou na era digital e a política permaneceu analógica. Se as instituições democráticas souberem utilizar criativamente as novas tecnologias de comunicação, como instrumentos de diálogo e participação, e não de mera propaganda, poderão oxigenar - e muito - o seu funcionamento, sintonizando-se de modo mais efectivo com a juventude e todos os sectores sociais.

No caso do PT, que tanto contribuiu para modernizar e democratizar a política brasileira e que há dez anos governa o meu país, estou convencido de que ele também precisa renovar-se profundamente, recuperando seu vínculo quotidiano com os mo-

vimentos sociais. Dando respostas novas a problemas novos. E sem tratar os jovens com paternalismo.

A boa notícia é que os jovens não são conformistas, apáticos, indiferentes à vida pública. Mesmo aqueles que hoje acham que odeiam a política, estão começando a fazer política muito antes do que eu comecei. Na idade deles, não imaginava tornar-me um militante político. E acabamos criando um partido, quando descobrimos que no Congresso Nacional praticamente não havia representantes dos trabalhadores. Inicialmente não pensava em me candidatar a nada. E terminei sendo Presidente da República. Conseguimos, pela política, reconquistar a democracia, consolidar a estabilidade econômica, retomar o crescimento, criar milhares de novos empregos e reduzir a desigualdade no meu país. Mas claro que ainda há muito a ser feito. E que bom que os jovens querem lutar para que a mudança social continue e num ritmo mais intenso. Outra boa notícia é que a Presidente Dilma Rousseff soube ouvir a voz das ruas e deu respostas corajosas e inovadoras aos seus anseios. Propôs, antes de mais nada, a convocação de um plebiscito popular para fazer a tão necessária reforma política. E lançou um pacto nacional pela educação, a saúde e o transporte público, no qual o governo federal dará grande apoio financeiro e técnico aos estados e municípios.

Quando falo com a juventude brasileira e de outros países, costumo dizer a cada jovem: mesmo quando você estiver irritado com a situação da sua cidade, do seu estado, do seu país, desanimado de tudo e de todos, não negue a política. Ao contrário, participe! Porque o político que você deseja, se não estiver nos outros, pode estar dentro de você.

• Ex-presidente do Brasil



LANGLOMANGLO
Fernando Manuel



A confissão de Mabutane

Fui visitá-lo na tarde do primeiro domingo que ele passou como “hóspede” na Cadeia Central da Machava, para onde o tribunal o tinha enviado depois de condená-lo a 12 anos de pena de prisão maior. Consegi passar pelo portão com o volume de cigarros e a garrafa-termo que, em vez de conter chá, tinha um litro de whisky, depois de subornar o guarda com uma nota de 100 meticais. Por incrível que pareça, passei com ele uma tarde muito serena numa conversa sem flexões e onde, na verdade, os silêncios eram mais longos do que os momentos em que trocávamos palavras.

Um mês antes, ele tinha se entregue voluntariamente à Policia, tendo sido detido na esquadra do Alto Maé, depois de confessar o seu crime. Ele tinha amolgado a cabeça da mulher com uma barra de ferro de mais ou menos meio metro de comprimento. Ninguém até ali sabia explicar exactamente o que se tinha passado, uma vez que to-

dos o conheciam como um homem sereno, respeitador e sempre pronto a quem quer que fosse. A única coisa que os vizinhos testemunhavam em comum é que na noite em que as coisas se deram o casal tinha se envolvido numa discussão violenta, cujos ecos passaram extraportas com troca mútua de palavras injuriosas, gritos e ruídos de mobiliário a ser arrastado pela sala. Não se soube mais nada, porque tudo se passou no apartamento onde o Pedro Mabutane vivia com a sua esposa, sem filhos e sem empregada. Ninguém foi testemunha de nada.

O que acontece e foi registado é que a discussão acabou por volta das 11 horas da noite com um grito lancinante e prolongado da mulher. Depois disso, seguiu-se um silêncio de cemitério. Meia hora mais tarde, estacionou à frente do prédio uma ambulância. Dela desceram dois homens de bata branca com maca. Subiram até ao apartamento de Mabutane e de lá desceram alguns minutos depois com um corpo inanimado em cima da maca. Embarcaram e a ambulância arrancou com um estrépido de sirenes e luzes de emergência.

Entretanto, o marido encaminhou-se para a esquadra. A mulher ficou sujeita a cuidados intensivos durante três dias, mas teve um derrame cerebral e acabou por morrer.

O Mabutane foi condenado por homicídio voluntário e premeditado, uma vez que a acusação conseguiu provar que ele tinha comprado a barra de ferro com o propósito de partir a cabeça da mulher. E ele disse: “Talvez tenha sido proposital, de facto. Mas se foi, não tenho consciência clara disso. O que é certo é que naquela noite ela ofendeu-me de uma forma que me deixou absolutamente fora do controlo. Tentou convencer-me aos gritos de que se não tínhamos filhos a culpa não era dela, mas minha, uma vez que ela já tinha engravidado e abortado três vezes com um colega de serviço que, por acaso, até é muito meu amigo. Perguntei-lhe se não estava arrependido. Disse-me que não. Doze anos hão-de passar de pressa, mais difícil será eu engolir o sapo que ela me obrigou a engolir. Mas Deus não é padrasto, estou tranquilo e hei-de ser capaz de emergir desta lama”.

Tenho para mim que existem duas linhas de força fundamentais na pintura moçambicana: a linha de Malangatana Ngwenha e a linha de Pompílio Gemuce, dois excepcionais pintores (esqueço aqui matizes, escolas intermediárias, bifurações; e sei que não concordarão comigo, o que é salutar). No primeiro caso, penetra nas tradições densas: a figura sem anatomia precisa, o traço cheio, a máscara, a magia, o esgar, o medo, o terror do passado, a cor

quente, grudante, como se o sonho fosse um pesadelo. No segundo caso, penetra nas tradições estilizadas, modernizadas, no traço aprendido na academia, leve como uma folha, nas cores frescas, nas figuras esguias, na expectativa de um sonho calmo que necessariamente acontecerá. Com Malangatana tradicionalizo a modernidade, com Gemuce modernizo a tradição. Afinal, não importa onde e quando, a vida é essa densa e dialéctica realidade.



carlosserra_maputo@yahoo.com
http://www.oficinadesociologia.blogspot.com

334

Malangatana e Gemuce

que se o sonho fosse um pesadelo. No segundo caso, penetra nas tradições estilizadas, modernizadas, no traço aprendido na academia, leve como uma folha, nas cores frescas, nas figuras esguias, na expectativa de um sonho calmo que necessariamente acontecerá. Com Malangatana tradicionalizo a modernidade, com Gemuce modernizo a tradição. Afinal, não importa onde e quando, a vida é essa densa e dialéctica realidade.



A TALHE DE FOICE

Por Machado da Graça

Tudo como dantes?

Depois de uma certa diminuição da tensão política prevalecente no país, devido a declarações, do Governo e da Renamo, de que teria havido progressos nas negociações, a semana passada, esses progressos parecem ter parado e é possível que até tenha havido recuos.

De qualquer forma, as informações que vão surgindo sugerem que os progressos alcançados foram nas questões de menor importância e que continua ainda tudo bloqueado nas questões fundamentais. Isto é, continua a não haver acordo em relação à paridade partidária nos órgãos que gerem os processos eleitorais, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições e o STAE.

Ora, esses são os pontos realmente importantes de todo este debate. Em todas as anteriores eleições, a Renamo sempre afirmou que, se não fossem as fraudes protagonizadas por esses órgãos, em benefício da Frelimo, a vitória teria sorrido ao partido de Afonso Dhlakama. E a sua posição actual é de que não vale a pena concorrer a novas eleições se não tiver garantias de que isso não irá voltar a acontecer. Garantias a serem dadas por órgãos eleitorais em que não haja o desequilíbrio numérico que agora se regista. A prova de que a Perdiz pode ter razão nestas alegações é a forma intranigente com que o Governo da Frelimo se agarra à manutenção da sua grande maioria na CNE, conseguida, entre outros meios, por uma instrumentalização dos elementos que dizem representar a sociedade civil. Exemplo disso foi o lamentável episódio protagonizado por João Leopoldo da Costa, mas que esteve longe de ser caso único.

E é preciso dizer que a reivindicação de órgãos eleitorais credíveis não é apenas da Renamo, é de toda a sociedade moçambicana. E é preciso acrescentar que

estes, agora em funções, não merecem a menor credibilidade.

Outra das questões que parece continuar a dividir as partes é a que diz respeito à necessidade de o que está em debate vir a ser aprovado pela Assembleia da República.

O Governo, com base na invocação da separação de poderes, diz que não se pode prescindir disso. E, em termos formais, tem razão.

Por seu lado, a Renamo não parece disposta a conseguir respostas às suas reivindicações, na mesa de negociações, para essa resposta ser desfeita em fumo pela maioria da Frelimo no parlamento. E também ela tem razão nesta desconfiança. Daí que tenha que ser encontrada uma fórmula que, sem desautorizar a Assembleia da República, também não dê à Renamo a sensação de que, ao longo destes meses, andou apenas a perder tempo na mesa das negociações.

Entretanto, não podemos esquecer que tudo isto se passa num país em que uma parte da principal estrada nacional só pode ser usada em colunas, com proteção militar e policial. E em que os generais da Renamo já provaram que, quando as negociações políticas encalham por muito tempo, estão dispostos a desatar aos tiros.

Mas, já que falo de desatar aos tiros, creio que há que chamar a atenção para o que está a acontecer em Sofala. Na verdade, tropas e polícias governamentais estão a protagonizar cenas de tiroteio, a pretexto de realizarem manobras militares. Essas cenas, de que já há notícias em Gravata (Maríngue), Chitaquinha (Buzi), Savane (Dondo) e Piro (Gorongosa) apenas servem para criar um clima de insegurança e de guerra, causando pânico à população. Em nada contribuem para a criação de um clima de paz, antes pelo contrário. E era bom que isso parasse rapidamente.

A crise portuguesa

Por Jacques Amaury*

“Portugal atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história que terá que resolver com urgência, sob o perigo de deflagrar crescentes tensões e consequentes convulsões sociais.

Importa em primeiro lugar averiguar as causas. Devem-se sobretudo à má aplicação dos dinheiros emprestados pela CE para o esforço de adesão e adaptação às exigências da união.

Foi o país onde a CE (Comissão Europeia) mais investiu “per capita” e o que menos proveito retirou. Não se actualizou, não melhorou as classes laborais, regrediu na qualidade da educação, vendeu ou privatizou mesmo actividades primordiais e património que poderiam hoje ser um sustentáculo.

Os dinheiros foram encaminhados para auto-estradas, estádios de futebol, constituição de centenas de instituições público-privadas, fundações e institutos, de duvidosa utilidade, auxílios financeiros a empresas que os revertem em seu exclusivo benefício, pagamento a agricultores para deixarem os campos e aos pescadores para venderem as embarcações, apoios estratégicamente endereçados a elementos ou a próximos deles, nos principais partidos, elevados vencimentos nas classes superiores da administração pública, o tácito desinteresse da Justiça, frente à corrupção galopante e um desinteresse quase total das Finanças no que respeita à cobrança na riqueza, na Banca, na especulação, nos grandes negócios, desenvolvendo, em contrário, uma atenção especialmente persecutória junto dos pequenos comerciantes e população mais pobre.

A política lusa é um campo escorregadio onde os mais hábeis e corajosos penetram, já que os partidos cada vez mais desacreditados, funcionam essencialmente como agências de emprego que admitem os mais corruptos e incapazes, permitindo que com as alterações governativas permaneçam, transformando-se num enorme peso bruto e parasitário. Assim, a monstruosa Função Pública, ao lado da classe dos professores, assessoradas por sindicatos aguerridos, de umas Forças Armadas dispendiosas e caducas, tornaram-se não uma solução, mas um factor de peso nos problemas do país.

Não existe partido de centro já que as diferenças são apenas de retórica, entre o PS (Partido Socialista) e o PSD (Partido Social Democrata), de direita, agora mais conservador ainda, com a inclusão de um novo líder, que tem um suporte estratégico no PR e no tecido empresarial abastado. Mais à direita, o CDS (Partido Popular), com uma actividade assinalável, mas com telhados de vidro e linguagem pública, diametralmente oposta ao que os seus princípios recomendam e praticarão na primeira oportunidade (nr: este partido tem agora, de facto, o controlo do governo nas matérias económicas). À esquerda, o BE (Bloco de Esquerda), com tantos adeptos como o anterior, mas igual-

mente com uma linguagem difícil de se encaixar nas recomendações ao Governo, que manifesta um horror atávico à esquerda, tal como a população em geral, laboriosamente formatada para o mesmo receio. Também à esquerda, o PC (Partido comunista) menosprezado pela comunicação social, que o coloca sempre como um perigo latente e uma extensão inspirada na União Soviética, oportunamente extinta, e portanto longe das realidades actuais.

Assim, não se encontrando forças capazes de alterar o status, parece que a democracia pré-fabricada não encontra novos instrumentos.

Contudo, na génese deste beco sem aparente saída, está a impreparação, ou melhor, a ignorância de uma população deixada ao abandono, nesse fulcral e determinante aspecto. Mal preparada nos bancos das escolas, no secundário e nas faculdades, não tem capacidade de decisão, a não ser a que lhe é oferecida pelos órgãos de Comunicação. Ora e aqui está o grande problema deste pequeno país; as TVs as Rádios e os Jornais, são na sua totalidade, pertença de privados ligados à alta finança, à indústria e comércio, à banca e com infiltrações acionistas de vários países.

Ora, é bom de ver que com este caldo, não se pode cozinar uma alimentação saudável, mas apenas os pratos que o “chefe” recomenda. Daí a estagnação que tem sido cómoda para a crescente distância entre ricos e pobres.

A RTP, a estação que agora engloba a Rádio e TV oficiais, está dominada por elementos dos dois partidos principais, com notório assento dos sociais-democratas, especialistas em silenciar posições esclarecedoras e calar quem levanta o mínimo problema ou dúvida. A seleção dos gestores, dos directores e dos principais jornalistas é feita exclusivamente por via partidária. Os jovens jornalistas são condicionados pelos problemas já descritos e ainda pelos contratos a prazo determinantes para o posto de trabalho enquanto, o afastamento dos jornalistas seniores, a quem é mais difícil formar o processo a pôr em prática, está a chegar ao fim. A deserção destes, foi notória.

Não há um único meio ao alcance das pessoas mais esclarecidas e por isso, “non gratas” pelo establishment, onde possam dar luz a novas ideias e à realidade do seu país, envolto no conveniente manto diáfano que apenas deixa ver os vendedores de ideias já feitas e as cenas recomendáveis para a manutenção da sensação de liberdade e da prática da apregoada democracia.

Só uma comunicação não vendida e alienante, pode ajudar a população, a fugir da banca, o cancro endémico de que padece, a exigir uma justiça mais célere e justa, umas finanças atentas e cumpridoras, enfim, a ganhar consciência e lucidez sobre os seus desígnios.

*sociólogo e filósofo francês, professor na Universidade de Estrasburgo



SACO AZUL |

O Último Dia

O recenseamento eleitoral (de raiz), ora terminado, decorreu num ambiente pouco satisfatório. O processo iniciou de forma mediocre. Foi um arranque caracterizado pela clara inoperância dos principais instrumentos de trabalho que obrigaram a que os postos de recenseamento ficassem, em algum momento, às moscas.

Essa situação, embora tivesse sido passageira, criou algum descrédito ao próprio processo. Paulatinamente, nas semanas seguintes, foi melhorando timidamente. Mesmo assim, a afluência aos postos de recenseamento manteve-se abaixo do desejado por todos.

Enquanto isso, em paralelo, o resultado negativo das sucessivas rondas negociais entre a Renamo e o Governo (Frelimo) foi

criando nos potenciais eleitores, em grau considerável, um sentimento de clara desmotivação relativamente ao desejo de se dirigirem aos postos de recenseamento. Em que medida esse ambiente pesou sobre o cidadão? Só um estudo sério poderá revelar. A verdade é que se pode avançar, sem praticamente nenhum risco de falhar, que essa situação afectou psicologicamente a todos nós. Quantos não condicionaram a sua ida aos postos de recenseamento ao entendimento entre os dois principais actores políticos moçambicanos, quantos?

Um diálogo com um forte cheiro a pólvora! Este ponto é reforçado pelo impacto negativo criado pela instabilidade político-militar na região central de Moçambique. Social e economicamente, a magnitude do efeito foi sentida praticamente em todo o País. O centro funcionou simplesmente como o epicentro desse terramoto

político-militar que abalou psicologicamente o cidadão moçambicano. A imprensa, de um modo geral, ajudou a perceber e a identificar o principal culpado e maestro dessa situação.

É de acrescentar que o encontro entre os principais “donos” da instabilidade psico-político-militar actualmente em processo, e os partidos extraparlamentares, criou ambiente para muitas lamentações. Não ajudou a acelerar o passo do cidadão em direcção aos postos de recenseamento. O contrário teria ajudado? Provavelmente...

O último dia foi aquele que voltou a carimbar de forma retumbantemente expressiva a marca do moçambicano. Longas bichas (filas) refletiram a vontade dos potenciais eleitores nos vários postos de recenseamento eleitoral em cidades como Maputo, Beira, Nacala-Porto, Nampula, entre outras. Esta “tendência natural”

do moçambicano deixar tudo para o último instante, não faz cair por terra os argumentos acima avançados para a fraca afluência aos postos de recenseamento. Ajuda, isso sim, a perceber que foi um dos motivos que, associado aos outros, caracterizou o recenseamento eleitoral. A última imagem é a que, por tendência, fica em nós registada.

Cá entre nós: no último dia, já no limite, os moçambicanos reagiram. Os números subiram e puseram em causa a tese segundo a qual o grande objectivo da fraca qualidade do processo de recenseamento era o de fazer com que os potenciais eleitores, sobretudo nas províncias de Nampula e Zambézia, não se recensem em massa. É só uma questão de prestarmos atenção aos números que oportunamente serão avançados pelos órgãos eleitorais. A ver vamos.

Como pode Joseph Hanlon dizer inverdades sobre a História Política do MDM?

Por Raúl Chambote (raul-chambote@hotmail.com)

Cogitar, discutir e tentativas de contestação de incongruências e inverdades sobre a história política de Moçambique não é assunto novo, nem para académicos, jornalistas, professores de História de Moçambique e muito menos para os ideólogos, que deram forma a concepção oficial da verdade sobre a história política de Moçambique. Os acesos debates públicos em torno das celebrações dos 50 Anos da FRELIMO (Frelimo) – FRELIMO (Frelimo) que completava os 50 Anos se referia ao Movimento (Frente de Libertação Moçambique) criado em 1962 ou o Partido Frelimo criado em 1977 - são exemplos incontornáveis para compreender as motivações do presente artigo.

Mas a que propósito serve essa in-

trodução? A resposta encontramo-la no “MOZAMBIQUE News reports & clippings 224”, de 22 de Julho 2013, editado por Joseph Hanlon. O artigo de Hanlon está dividido em duas partes. Na primeira, procura descrever os meandros sobre o possível acordo entre Frelimo e Renamo. Na segunda, Hanlon faz análise questionando a possibilidade do tal acordo. É exactamente nessa secção do artigo que somos bafejados com uma (mais uma) inverdade da história política de Moçambique. Eis o extrato do original em língua Inglesa, do qual faço referência, aqui transcrito integralmente “That leads to the other big issue, the new opposition party the Mozambique Democratic Movement (Movimento Democrático de Mocambique, MDM). It started

with a group of energetic people expelled by Dhlakama from Renamo, and now has elected mayors in two cities, Quelimane and Beira. Dhlakama has failed to turned Renamo into a political party, and with better organisers, more dynamism, and more appeal to younger people, MDM has the potential to become the main opposition party”. Qual é o problema neste extrato do trabalho de Hanlon? Ele afirma que o Movimento Democrático de Moçambique “... e agora elegeu edis e duas cidades, Quelimane e Beira”. Reconhecendo o trabalho de investigação que Hanlon tem vindo a fazer sobre Moçambique e seu contributo para conscientização política através de suas publicações e livremente concordando com o resto do texto, devo discordar com ele

que não constitui nenhuma verdade histórica nem política em Moçambique afirmar que o MDM “elegeu dois edis em duas cidades” sugerindo erroneamente aos menos atentos que os presidentes dos municípios de Quelimane e da Beira foram eleitos como candidatos membros do MDM. Ora vejamos:

Primeiro, as Eleições Autárquicas de Novembro de 2008. A re-eleição do Engº. Daviz Simango para a Presidência do Município da Beira ocorre no dia 19 de Novembro de 2008 e ele toma posse no dia 7 de Fevereiro de 2009. Até aqui não podemos falar de Movimento Democrático de Moçambique. O que se sabe, até um estudo aprofundado ser feito, são especulações sobre as intrigas sócio-políticas no seio da Renamo e consequente afastamento de alguns membros séniores da Renamo, incluindo o próprio Engº. Daviz Simango. Este decidiu concorrer como independente a sua própria sucessão dada a legitimidade de exercício do poder autárquico cuja simpatia os Beirenses quiseram gratificá-lo com mais um mandato, derrotando a Frelimo e Renamo, os dois maiores partidos políticos, naquela urbe. Para a história política de Moçambique esse foi um marco histórico-político importante do processo da democratização em Moçambique, que vai para além do figurino político-partidário do binómio Frelimo-Renamo que caracterizava a dinâmica do quadro político nacional. A vitória de Daviz Simango em Novembro de 2008 resultou da sua “irreverência política”, que a observância dos limites impostos pelos holofotes dos fiscalizadores da chamada “disciplina partidária”. É facto histórico e político que o MDM ainda não elegeu Daviz Simango como edil de nenhum Município de Moçambique. Igualmente, é facto histórico e político que MDM realizou a sua Assembleia Constituinte entre os dias 4-6 de Março de 2009 em Inhamízua, Cidade da Beira, e seu primeiro Congresso entre os dias 5-8 de Dezembro de 2012 em que

Daviz Simango foi eleito Presidente do MDM, portanto o primeiro presidente daquele partido.

Em abono da verdade histórica e política, o MDM não existia em 2008, pois dos dados públicos disponíveis indicam que dia 5 de Maio de 2009, o MDM procede a escritura pública como partido político e dia 15 de Maio de 2009 os Estatutos do MDM são oficialmente publicados no Boletim da República. Não me parece que Hanlon cometeu esse erro de forma deliberada. Creio ter sido influenciado ou assumido o quadro de especulações que pairavam na altura da re-eleição de Daviz Simango. Podemos, sim, especular que havia um tal Grupo de Reflexão para Mudança na Beira, alegadamente liderado por Francisco Masquil, antigo Governador de Sofala. Igualmente, especulava-se na altura

que havia um grupo de cidadãos (ex-membros da Renamo) que aventurem a criação de um novo partido político. Portanto, não constitui verdade que Daviz Simango tenha sido eleito Presidente do Município da Beira sob indicação/eleição interna ou como membro do MDM nas Eleições Municipais de 2008.

Segundo: Hanlon foi quase “feliz”, mas com sarcasmo político, em colocar, no artigo, a ordem das cidades (Quelimane e depois Beira). Implicitamente, ele reconhece que o edil de Quelimane figura como o primeiro membro de MDM que é eleito a categoria de edil, mas depois coloca Beira como a fonte donde veio a chama. Deve-se também reconhecer o significado e impacto político da áurea da vitória da “irreverência política” de Daviz Simango na Beira sobre a “disciplina partidária” na ascensão de Doutor Manuel de Araújo à edil de Quelimane no dia 7 de Dezembro de 2011 e tomada de posse no dia 28 de Dezembro do mesmo ano. Quase que um feito similar ao de Daviz Simango se repetiu: Manuel de Araújo concorre como membro de MDM e este partido não tem assento na Assembleia Municipal em Quelimane, mas a Frelimo e Renamo detêm-nos. Até que uma investigação mais aprofundada seja feita, tudo indica que a pessoa de Manuel de Araújo jogou um papel importante na sua própria vitória e da sua formação política e consequente elevação do nome do MDM a escala provincial e nacional no sentido de afirmação do MDM como uma força a ser levada em consideração nos próximos pleitos eleitorais, pelo menos a nível das autarquias. A chamada “revolução de Novembro de 2008”, como os membros e simpatizantes de MDM gostam de qualificar a re-eleição de Daviz Simango na Beira e a eleição de Manuel de Araújo em Dezembro de 2011 em Quelimane complementam-se politicamente, mas descruzam-se em termos factuais quando pretendemos analisar a história política do MDM.

Concluíndo, a inverdade histórica e política sobre o MDM apresentada por Hanlon, creio involuntariamente, no artigo aqui citado, faz-nos lembrar das várias alegadas inverdades sobre a história política de Moçambique. Não restam dúvidas de que precisamos corrigir esse tipo de erros. Hanlon é académico experiente e publica extensivamente sobre Moçambique e tenho a percepção de que muitos lêm suas publicações como verdades incontestáveis. Por isso, tamanha deve ser a sua responsabilidade em publicar assuntos que perfazem a história política dum país. Nesse sentido, espero que Hanlon aceite o reparo que faço ao seu trabalho. Uma pergunta ao Dr. Hanlon: “Can MDM survive without Simango and/or Araújo?” Me pre-disponho a fazer uma investigação conjunta sobre o assunto.

BIP! BIP!
TEM UMA NOVA MENSAGEM.

Notificação por SMS do BancABC
Apresentamos-lhe o serviço de Notificações por SMS, que lhe permitirá manter-se a par de todas as transacções das suas contas. Não precisará de se deslocar ao balcão para tomar uma decisão.

O serviço está disponível para todos os clientes com número de telemóvel válido.

Termos e Condições aplicáveis. Serviço temporariamente gratuito. Para mais informações consulte o nosso website.

www.bancaabc.co.mz

BancABC
Novas Ideias. Banco Inteligente.

XI festival dos Jogos Escolares: Ode à juventude!

Por Paulo Mubalo em Tete

Os municípios de Tete e Moatize são, desde o passado sábado, a capital nacional do desporto escolar. E não é de se estranhar que mesmo quando os termómetros assinalavam para além dos 30 graus centígrados, um calor simplesmente abrasador, milhares de pessoas acorreram ao maltratado campo do Desportivo de Tete para presenciarem a abertura oficial da XI edição dos Jogos Escolares. Mas mais do que a competição propriamente dita, os jovens renovam, a cada minuto que passa, as amizades, trocam experiências, cantam, dançam, brincam, num ambiente contagiante e inolvidável. E estamos a falar de 1475 atletas e 253 técnicos em representação de todas as províncias do país.

O evento iniciou com o habitual desfile das delegações, de acordo com a ordem seguinte: Maputo – província, Manica, Zambézia, Sofala, Tete, Nampula, Inhambane, Cabo Delgado, Gaza, Niassa e por último Maputo- cidade, ao que se seguiu a entoação do hino nacional e a entrada da chama olímpica.

Este momento incluiu, também, a apresentação, por centenas de petizes, de alguns números de ginástica massiva preparados inicialmente pelo professor Mussá Tembe, para além da exibição da dança Nyau, considerada como património mundial da humanidade e música, num ambiente simplesmente indiscutível.

O segundo momento compreendeu a leitura dos discursos, o primeiro por uma atleta da cidade anfitriã do certame, e depois pelo governador de Tete e pelo Ministro da Educação, Rachid Gogo e Augusto Jone, respectivamente, os quais deram ênfase à necessidade de preservação da paz.

Aliás, idêntico discurso foi apresentado pelo presidente da República, Armando Guebuza.

O Chefe do Estado fez notar ainda que o facto de se ter passado de 700 atletas em representação de três modalidades, no primeiro festival, para cerca de 1500 atletas e oito modalidades, no XI, é sinal inequívoco de que de edição em edição o desporto escolar está a conquistar o seu espaço. Guebuza considera que, com a realização dos jogos, a província de Tete fica a ganhar no campo de infra-estruturas, pois algumas foram reabilitadas e outras construídas, a exemplo do campo de futebol de Moatize.



Desfile das delegações provinciais

Já o governador não deixou de explicar as potencialidades da sua província em diversas áreas, desde a gastronomia, os monumentos, os locais históricos que são sempre uma referência para o turismo. Diz que não é em todas as províncias onde se pode encontrar o kapenta, peixe tradicional típico da gastronomia de Tete, ou que se pode ver a particularidade da dança Nyau, ou então as pinturas rupestres de Xifunde. Diz que essas maravilhas podem dinamizar o turismo.

Campos, alimentação, transporte...

Como era previsível, pelo facto de algumas delegações terem chegado

relativamente tarde em relação às datas inicialmente programadas, o alojamento constituiu, à priori, o maior calcanhar de Aquiles. Mas paulatinamente e graças em parte ao esforço dos organizadores do evento, a situação está a ser ultrapassada.

O transporte e a alimentação para os atletas e outros membros das delegações provinciais estão garantidos.

O SAVANA efectuou uma ronda por todos os campos que acolhem esses jogos tanto na cidade de Tete como em Moatize e constatou que os mesmos reúnem condições.

O campo de Moatize, construído recentemente pela Rio Tinto, é uma verdadeira infra-estrutura a ter em conta, apesar de não possuir dimensões recomendáveis para acomodar partidas de alta competição. O campo do Ferroviário de Moatize, apesar de ser pelado, o pavilhão da Escola Industrial de Zutundo, isto em Moatize, estão em boas condições.

O único senão é o pavilhão do Conselho Municipal de Tete que apresenta fraca iluminação, mas, segundo apurámos, de António Munguambe, director geral do Instituto Nacional de Desporto (INAD) a situação vai ser rapidamente ultrapassada.

Eurico Banze, director dos Programas Especiais do Ministério da Educação, é o homem que diariamente faz um briefing com a imprensa. E de viva voz diz que até ao momento não se conhece algum caso de falsificação de idades.



As meninas estão a mostrar o seu talento

emergirem deste festival, Banze diz haver um entendimento com o Ministério da Juventude e Desportos para o melhor encaminhamento dos atletas.

Benze garantiu-nos que até ao momento não se registaram casos de falsificação de idades, tal como era frequente nas edições anteriores. Na área da saúde, ficámos a saber que no total foram alojados 1836 pessoas, entre atletas, treinadores, motoristas, chefes de delegações. Em todos os recintos de jogos há socorristas, agentes de serviço, enfermeiros sendo que em muitos locais de alojamento foram colocadas redes mosquiteiras. Quer isso dizer que de agora em diante a luta será no campo desportivo porque para além do que se pretende com os jogos, troca de experiência, intercâmbio cultural, auto estima, os resultados é que mais contam. Outra boa nova é que o Ministério da Educação vai premiar a província mais disciplinada do certame.

De referir que o lema da XI edição dos Jogos Escolares é: "Façamos dos jogos a base do desporto nacional".

MILO patrocina Jogos Escolares

A MILO, uma das maiores marcas da multinacional Nestlé, é uma das patrocinadoras de peso da XI edição dos Jogos Escolares, que arrancaram no passado sábado na província de Tete, centro de Moçambique.

Sob lema "Façamos dos Jogos Escolares Uma Base do Desporto Nacional" a XI edição dos Jogos desportivos Escolares movimenta mais de duas mil pessoas e tem o término previsto para a próxima segunda-feira, 29 de Julho.

Segundo o director geral da Nestlé Moçambique, Diogo Victória, a multinacional irá contribuir com uma supertaça para a província com o maior número de troféus, 15 taças e 250 medalhas de ouro para os primeiros classificados, 16 taças e 250 medalhas de prata para os segundos classificados, 16 taças e 250 medalhas de bronze para os terceiros classificados nas oito modalidades em disputa para além de outros artigos como, camisetas, chapéus e certificados de participação para os atletas em

geral.

A presente edição irá movimentar as modalidades de futebol de 11 e de salão, basquetebol, atletismo, andebol, voleibol e ginástica, que substituirá o xadrez em virtude desta disciplina desportiva não fazer parte do currículo escolar.

Para o director da Nestlé Moçambique, a sua intervenção neste certame serve para reafirmar o compromisso que esta instituição tem em apoiar causas que ajudam a manter crianças, adolescentes e jovens saudáveis.

"Os jogos desportivos escolares são de fundamental importância para o desenvolvimento do Desporto, mas também são um espaço de intercâmbio juvenil, aquisição de habilidades para o trabalho, retenção de valores sociais e individuais, bem como para a disseminação de hábitos de vida saudável, valores estes que a Nestlé Moçambique vem apoiando através de vários projectos", frisou.

A marca MILO é uma bebida energética na base de malte e chocolate.

PUTCO
O mais confortável e seguro

Jorna SAVANA chega a todo sul do País
com transportes PUTCO, Moçambique
Avenida de Moçambique Nº 560/16 E
Telefones: 21 497533, 82 4739310 ou 84 3996940
Agora com carreiras ida e volta a partir de Maputo:
Xai-xai, Chókwè, Manjacaze e Inhambane

Lançamento da edição MMA 2013 adiado

Por Abdul Sulemane

O lançamento da edição 2013 do Mozambique Music Award foi adiado.

O referido lançamento oficial estava previsto para o dia 23 de Julho na Mediateca do BCI. Não foram explicadas as razões que motivaram o adiamento da apresentação oficial deste evento.

No lançamento pretendia-se fazer conhecer os representantes de todos os patrocinadores, músicos e as datas mais importantes do projecto, nomeadamente, das inscrições, anúncio dos nomeados, votações e o momento mais importante do Projecto: a Gala Final!

Com o tema Liberta a Música! O Mozambique Music Awards conta pela segunda vez consecutiva com o apoio do BCI como principal patrocinador. É um projecto que tem como principal objectivo fornecer uma plataforma internacional aos artistas locais sobre a qual eles podem ser reconhecidos, respeitados e apreciados pela sua contribuição para a indústria da música moçambicana.

Contudo, a organização do evento espera que esta edição seja diferen-



Não se conhecem as razões do adiamento do lançamento oficial do MMA 2013

te das edições anteriores. “O BCI MMA 2013 pretende marcar a diferença para todos nós. Os artistas têm a exposição mediática, distinção e internacionalização da música e o público, muito entretenimento, alegria, curiosidades, descontracção, simplicidade e muitas novidades”, referi o comunicado.

O Projecto conta com o principal

patrocínio do BCI e da DSTV e ainda com o apoio incondicional da Associação dos Músicos Moçambicanos que sempre tem velado pelo sucesso e reconhecimento além fronteiras da música de Moçambique e este ano prometem fazer o melhor para o sucesso deste projecto.

Angola financia vocabulário comum da língua portuguesa

Angola vai financiar os trabalhos do Vocabulário Ortográfico comum da Língua Portuguesa tratando-se da “primeira vez que um PALOP contribui para um instrumento central” do Acordo Ortográfico, disse à Lusa o director do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

“É a primeira vez que um PALOP (País Africano de Língua Oficial Portuguesa) financia um grande instrumento da língua portuguesa central como o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOC), para a finalização do acordo ortográfico”, disse o brasileiro Gilvan Muller de Oliveira, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, responsável pelos tra-

balhos, acrescentando que a verba é de 35 mil euros (um euro equivale a 39,27 meticais).

“O Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa ao mesmo tempo que incorpora o vocabulário dos oito países – seguindo a mesma metodologia e os mesmos critérios de aplicação das bases do acordo – mantém a possibilidade de individualizar os vocabulários de cada país, mas não apaga a variante do léxico nacional”, explicou Gilvan Muller, sublinhando que Portugal, Brasil e Moçambique são os

países que aprovaram os respectivos VOC.

Para o responsável pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, os trabalhos que foram desenvolvidos nos últimos três anos vão ser apresentados em Portugal no mês de Outubro, na II Conferência da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e que deve, previsivelmente, produzir “o plano de acção de Lisboa” para a promoção da língua.

“O plano de Lisboa será homólogo ao plano de Brasília, em que estamos a trabalhar e que estará em vigor em 2014 após a sua aprovação pelos chefes de Estado e de Governo da CPLP na Cimeira de Díli, Timor-Leste, em Julho do próximo ano”, referiu.

“Pretendemos lançar a primeira plataforma do VOC em Outubro, mas a nossa perspectiva é integrar também um quarto país que está avançando no processo de elaboração do VOC que é Cabo Verde”, adiantou Muller, estando a integração do Vocabulário Ortográfico Comum de Cabo Verde prevista para Julho de 2014, na Cimeira da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) de Díli.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi encarregue pelo plano de acção de Brasília para a

elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, tratando-se de um resultado directo da primeira conferência internacional sobre o futuro do português. “O plano foi aprovado numa reunião técnica internacional, pelos pontos focais da CPLP e foi parcialmente financiado, num primeiro momento, pelos recursos de apoio às iniciativas culturais dos PALOP através do programa dos fundos ACP (África, Caraíbas e Pacífico)”, disse ainda Muller de Oliveira, referindo que a primeira acção do Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi feita através dos meios desta plataforma.

“Montámos uma equipa central, mobilizámos a equipa técnica dos vários países, fizemos o primeiro curso técnico para a composição do vocabulário ortográfico nacional. O Vocabulário Ortográfico Comum é constituído pelos vocabulários nacionais de cada país – uma inovação muito grande na metodologia de vocabulário e temos neste momento três vocabulários nacionais concluídos – Moçambique, Portugal e Brasil”, disse.

O responsável acrescentou: “o financiamento deste trabalho está a ser concretizado com recursos angolanos”. A.S

kakana lança primeiro disco

A banda Kakana vai lançar no dia 26 de Julho, no Centro Cultural Universitário o seu primeiro disco. A intitular-se Serenata, o disco é composto por quinze faixas musicais, das quais seis já ganharam prémios. Treze temas do disco são da autoria da banda Kakana (Azarias Arone Nhabete e Yolanda Chicane).

Sendo os outros dois temas,

Madlaissane, e Karimanhana, da autoria de Salomão Nhamumbo e Arone Samsone, respectivamente.

Para falar e brindar a chegada do seu primeiro disco com os jornalistas, a banda Kakana realizou uma conferência de imprensa. A mesma teve lugar no dia 22 de Julho corrente, na Mediateca do BCI, instituição financeira que, no quadro da sua política de Responsabilidade Social, co-patrocina a edição do disco.

Em 2004, Azarias Arone e Yolanda Chicane fundaram a

banda Kakana, Desde então, a dupla tem estado a brindar a plateia moçambicana com perfeição, actuando em vários palcos (festivais locais, festas, casamentos, cocktails, jantares de gala e em algumas casas de

pasto da Cidade de Maputo). A sua música não tem fronteiras. Baseados na Marrabenta e outros ritmos nacionais, fazem fusão com ritmos do mundo, fazendo uma perfeita combinação da guitarra de Jimmy Gwaza e a voz inconfundível de Yolanda Chicane.

A cantora Yolanda traz nas suas composições, mensagens de esperança, paz e amor. Acredita que a música é uma linguagem universal de concórdia entre todos os seres. Afro, Rock e Jazz são ritmos predominantes nas composições escritas em várias línguas tais como: Changana, Emacua, Chope, Português e Inglês.

Ao longo da sua carreira, a banda Kakana tem arrecadado vários prémios a saber: Melhor Voz (Top Ngoma, 2007 e 2010); Revelação (Top Ngoma, 2007); Prémio Fusão (Top Ngoma, 2010); Melhor Banda (Top Ngoma 2009); Prémio Fusão (Moçambique Music Awards - MMA). A.S



Golo, DDB e Cloud Digital Arts lideram Prémios Lusos

Os Lusos, Prémios Lusófonos da Criatividade premiam trimestralmente os melhores trabalhos feitos nas áreas da publicidade, relações públicas e Planeamento de media, nos países de língua oficial portuguesa.

O ranking das agências moçambicanas é liderado actualmente pela Golo, seguida pela DDB, que ocupa o segundo lugar e pela Cloud Digital Arts, que se encontra no terceiro posto. O ranking completo pode ser consultado no site dos Prémios Lusos (www.premioslusos.com).

A 1ª entrega trimestral de prémios decorreu no passado dia 10 de Julho no Hotel Fonte Cruz, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

No concurso estiveram 300 peças, de 32 agências, originárias de cinco países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal).

Ao participar nos prémios trimestrais, todas as agências estão a pontuar para a Grande Gala Anual dos Prémios Lusos, onde serão distinguidas as agências do ano lusófonas em cada área e também as agências do ano em cada país.

O ranking lusófono, que engloba as agências de todos os países, é actualmente liderado pela F/Nazca Saatchi & Saatchi do Brasil, seguida pela Borghi/Lowe também do Brasil e por fim pela portuguesa Fuel. As inscrições para a 2ª edição trimestral dos Prémios Lusos começam no início do mês de Setembro. A.S

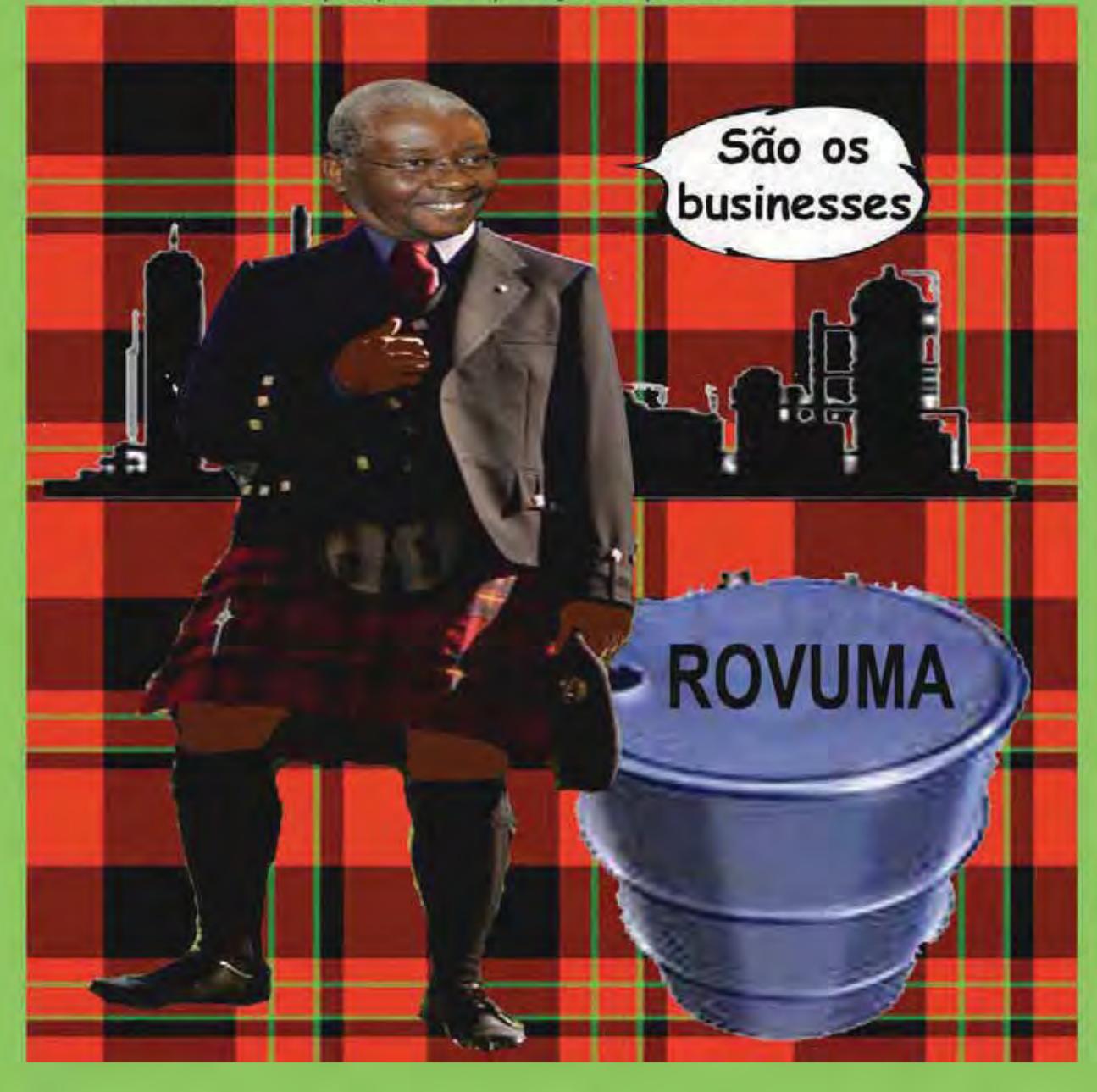


SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA N° 1020 • 26 DE JULHO DE 2013

ESCÓCIA

Armando Guebuza esteve, recentemente, na Escócia a tratar de questões relacionadas com a pesquisa e exploração de petróleo.



RECENSEAMENTO

Terminou já o prazo para o recenseamento dos cidadãos para as eleições de 2013 e 2014. No entanto o STAE reconhece que as metas não foram alcançadas.



DESCARRILAMENTOS

Na Linha de Sena são quase diários os casos de acidentes



provocados pelo descarrilamento de comboios.

A linha foi, muito recentemente, reabilitada e é difícil perceber qual a razão destes constantes acidentes.

RANCORES



Se a sua namorada o trocou por outro homem, não guarde rancor. Ofereça-lhe prendas. Por exemplo um colar...



O PAPA NO BRASIL

No meio de enormes medidas de segurança decorreu a visita do Papa Francisco ao Brasil.



ELEIÇÕES NO ZIMBABWE

No Zimbabwe vão decorrer eleições em cuja liberdade e transparência ninguém acredita, embora alguns (SADC) finjam que sim...

Está bem, eu vou votar em si, Robert Mugabe...

Acrescenta:
Nestas eleições livres e transparentes!





NO INFORMAL

Abdul Sulemane (texto)

Naita Ussene (Fotos)

Os olhos fazem mais do que ver

Há um autor de ficção científica que aprecio acima de todos e, aliás, é apreciado universalmente. Chama-se Isac Azimov. É americano, mas presumo que seja de origem russa. Mas isso não vem ao caso. As suas histórias são projectadas para um futuro de uma dimensão inimaginável.

Há um tempo, li uma colectânea completa das suas histórias e senti que no fundo pertenço a uma dimensão ínfima do universo. Uma das histórias dessa colectânea tinha como título "Os olhos fazem mais do que ver" e situava-se para daqui a mil, dois mil ou mesmo três mil anos a frente em relação à nossa época.

A mim não me custa nada crer que de facto os olhos fazem mais do que ver. Os olhos falam, pensam e, como diz a sabedoria, eles são o espelho da alma. Não sei se me vou repetir, mas não resisto à tentação de fazer reparar que aquilo que existe nas nossas tradições, quando há falecimentos, missas e coisas que tais, antes os presentes começarem a comer ou a tomar chá, serem obrigados a lavar as mãos, sendo que quem serve a água para lavar as mãos é uma legião de jovens casadoiras com uma bacia e uma caneca e vão passando de homem a homem. E o que é importante reparar é que é extremamente tabu essas jovens cruzarem os seus olhares com a pessoa que está a lavar as mãos. Elas trazem a bacia na mão esquerda e no braço esquerdo a toalha, na mão direita têm a caneca com água que vão despachando com a cabeça e os olhos virados para trás. Porque na verdade os olhos fazem mais do que ver. E se por um lapso de tempo muito curto os olhos da jovem casadoira se cruzarem com os do homem que está a lavar as mãos tudo pode acontecer e tudo pode vir a ser uma catástrofe.

Propomos aqui esta semana uma leitura sobre como as pessoas se olham e dialogam com os olhos tendo em consideração de que pessoa se trata, quais os seus cargos e que relações existem ou existiram entre elas no passado, no presente e, quem sabe, como perspectivam o seu relacionamento no futuro.

SE NÃO ACREDITA, veja e tente interpretar a forma como o Mário Mangaze, que já foi presidente do Tribunal Supremo, está a olhar para Manuel Tomé e Luís Diogo, antigos deputados da Frelimo à Assembleia da República.

OU COMO ARMANDO GUEBUZA, Chefe do Estado, olha para David Simumago, presidente do Município de Maputo, embora este esteja ligeiramente inclinado, uma vez que de altura física é um pouco maior.

QUANDO UM HOMEM põe o queixo apoiado na mão ou o nariz apoiado no dedo indicador, algo de muito profundo e misterioso está a passar pela sua mente, coisa que ele nunca dirá. Mas talvez os olhos nos revelem alguma coisa dos meandros pelos quais ele está a navegar. Neste trio, estão homens a confabular cada um na sua: Ivan Zacarias, Armando Munguambe e Estefânia Muholove, todos do Gabinete de Imprensa da Presidência da República.

O EDUARDO MULÉMBUÈ, deputado e antigo Presidente da Assembleia da República, é tido como um bom conselheiro e apaziguador de ânimos. Pode ser uma fama justificada ou não. O que é certo é que quase sempre que ele é visto em público tem atitudes que tendem a justificar essa fama. O Alberto Chipande, ex-ministro da Defesa e outras coisas que tais, é muito mais velho que o Mulémbuè, mas veja-se o ar, o olhar e os gestos com que o Mulémbuè está a tratar o Chipande.

OU ENTÃO, a atitude de patriarca e olhar baixo com que Joaquim Chissano está a enfrentar o grupo constituído por Mário Mangaze, Luís Diogo e Eduardo Mu-





IMAGEM DA SEMANA

Foto Urgel Matula



A conclusão é de um relatório encomendado pela USAID

Confusão no papel do Estado empestra reformas no transporte aéreo

Por Ricardo Mudaokane

Afalta de clareza no papel do Estado no sistema de transporte aéreo moçambicano é um empecilho ao sucesso das medidas de liberalização do sector, considera o relatório preliminar Impacto da Liberalização do Transporte Aéreo no Turismo e na Economia de Moçambique em Geral, patrocinado pela Agência dos Estados Unidos para o Apoio ao Desenvolvimento Internacional (USAID).

O relatório defende que as reformas no domínio do transporte aéreo devem incluir a entrada de um parceiro estratégico ou de um operador privado na companhia de bandeira, Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).

“Apesar de reformas legais e regulatórias importantes levadas a cabo pelas autoridades moçambicanas, não há uma clara separação entre os poderes de elaboração de políticas, operações e regulação. O Governo moçambicano continua a deter o controlo do sistema aeroportuário e a LAM”, aponta o documento.

Para os autores da avaliação, as autoridades moçambicanas continuam a considerar a LAM como um activo estratégico para o país, de tal modo que a política oficial e estrutura institucional do sector de aviação civil estão harmonizadas para proteger a companhia de bandeira.

Protecionismo à LAM

Segundo o estudo elaborado pela firma DAI and Nathan Associates, firma norte-americana de consultoria económica, mesmo empenhados na reestruturação do sector do transporte aéreo, o Governo moçambicano e o Instituto Nacional de Aviação Civil (IACM) continuam a tratar a LAM com protecionismo.

A avaliação diz que os cinco principais aeroportos moçambicanos devem manter a linha de mudanças operacionais que estão a implementar por forma a responderem aos desafios de crescimento do sector e da eficiência.

De acordo com a DAI and Nathan Associates, o tráfego aéreo em Moçambique não cresceu ao mesmo ritmo que o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, mostrando um menor grau de elasticidade, 0,97X, abaixo do grau de elasticidade do Quénia (1,44X) e da Tanzânia (1,45X), países que imprimiram um nível de liberalização substancial.

Essa discrepância verifica-se num contexto em que o tráfego de passageiros nos aeroportos moçambicanos aumentou 7,3 por cento nos últimos 10 anos, de 829.337, em 2002, para 1.675.948 em 2012.

“A LAM e a MEX são actores dominantes no transporte aéreo doméstico moçambicano. As duas transportadoras lidam com apenas dois pequenos correntes do mercado interno: Kaya Airlines e TTA Airlink. Estes dois operadores aéreos fornecem fundamentalmente serviços diferentes e não colocam numa ameaça concorrencial séria as duas companhias de referência no mercado interno”, indica o relatório.

Manter o ímpeto reformista

Nessa perspectiva, o país deve empreender esforços adicionais para a prossecução das políticas reformistas e promoção de uma atmosfera de maior competição e participação do sector privado na área do transporte aéreo.

O estudo enfatiza o elevado preço de viagem de avião em Moçambique, contando o custo do bilhete em Moçambique como um dos mais altos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), devido ao défice de carreiras e ao carácter administrativo dos preços.

“Para a maioria dos mercados da região, as condições de competitividade garantem aos viajantes provenientes da África do Sul preços mais acessíveis do que quando viajam para Maputo”, observa a DAI and Nathan Associates.

Segundo o relatório da DAI and Nathan Associates, o preço médio de avião entre Joanesburgo e Maputo é um dos mais caros na SADC, sendo duas vezes mais o preço por milha em comparação com o mesmo percurso na região.

“A partir disto, é evidente manter preços tão baixos quanto possível, através de um acordo informal num Mercado dominado por viagens de homens de negócios, com uma elasticidade de preços muito baixa”, diz o documento.

Esse quadro, assinala-se no relatório, está a impedir o recurso ao transporte aéreo por parte dos passageiros que não viajam em negócios para o mercado turístico em Moçambique a preços razoáveis.

“Os preços do transporte aéreo doméstico em Moçambique são 27,4 por cento mais altos do que na Tanzânia, 33,5 por cento na África do Sul do que na África do Sul e 46,5 por cento que na Tanzânia”, realça o estudo.

O documento anota que o país deve encetar mais avanços na promoção de padrões de segurança aérea em conformidade com as exigências internacionais. Esta observação vem numa altura em que acaba de ser anunciada pela União Europeia a continuação de Moçambique na lista negra dos países cujas companhias aéreas estão interditadas de sobrevoo o espaço comunitário, devido a lacunas no sistema de segurança aérea.

À HORA DO FECHO



- Enquanto o grande líder está numa das capitais do malte utilizado para apreender sobre ... petróleo e gás, as notícias da Bacia do Rovuma não são muito acolhedoras. Os amigos das paragens nórdicas, que até dão conselhos ao ministério que tutela os ditos cujos recursos, não querem furar mais (por enquanto) porque acham que na sua área não há reservas de valor comercial. Os irlandeses, seus pares, assinam por baixo. Ao lado, os malaios que assentaram praça pelas bandas de Nacala, adiaram, mais uma vez o seu furo prospectivo.

- A norte, as duas empresas dos triliões, vão tentando leiloar as suas posições, enquanto esperam que saia a famosa lei dos petróleos revista. Tal como as eleições, se a legislação chave demora a sair, claramente não haverá gás liquefeito em 2018. Os entendidos no assunto, acham mais realista falar em 2020 ...

- No carvão está para breve o veredito do Corredor de Macuse, depois do dito por não dito. O diz-se que diz-se anda demais, mas os homens que estavam associados à holding do partidão continuam bem confiantes ...

- Silenciosos andam os homens de uma das antigas repúblicas soviéticas, que prometiam mundos e fundos. Até uma concessão lhes deram directamente para Nacala. Ninguém sabe do paradeiro de tais investidores pelo que será melhor procurar pela Bolsa de Londres, mais ao sul de onde anda actualmente o grande líder.

- Com grande barulho acabou finalmente o recenseamento de raiz(mais um), e com grande barafunda de números entre STAE e o instituto das estatísticas. Os homens dos computadores dizem que as discrepâncias são dos outros, mas há quem pense que os resultados a mais de 100% poderão ser também movimentação de eleitores para assegurar o voto nas urnas. Em Novembro, se Novembro se concretizar, vamos mesmo saber ...

- Ninguém teve ainda coragem de comparar os números do recenseamento e os números dos portadores de BI. Será que o país se pode dar ao luxo, e ao descrédito também, de ter recenseamentos milionários e uma população que continua seviada pela polícia porque não tem BI ?

- Também se espera da coragem dos doadores em contestarem as declarações do afável PM, pelas bandas da Nigéria, que muito controversamente, os acusa de fazem pouco para ajudar a debelar a catástrofe da doença do século no nosso país. Será que a roupa suja vai ser lavada à porta fechada?

- O que andava na boca de todos está agora à luz do dia. Afinal, para se falar nos órgãos de comunicação social que são pagos com os impostos de todos, é preciso merecer credencial partidária. Estamos curiosos para saber como reagirão multinacionais e empresas privadas ao saber que os seus quadros fazem parte do círculo restrito dos que estão autorizados a falar. Afinal o sol quando nasce, ainda não é para todos ...

Em voz baixa

- Aumentam as apostas nos últimos dias, do que dirá em Washington o boss do nosso banco reserva. Não sobre a paridade do metical ou do controle da inflação, mas sobre o “empurrão” que deram a um director de jornal de que o banco é o principal accionista. Misturar alhos com bugalhos é o que dá ...

**Contas de email com mobilidade
para o seu negócio**

WebMasters Ltda
E - Business | IT - Consulting | Networking

Colaboração online

Emails, Tarefas, Calendário, Agenda Partilhada

Mobilidade total

Sincronização total entre o seu computador e telemóvel

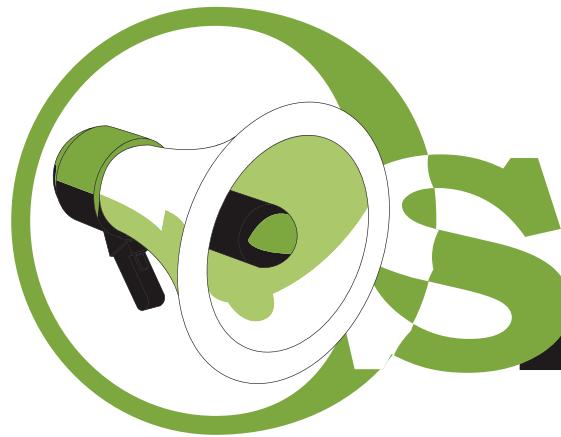
www.domains.co.mz

comercial@webmasters.co.mz

+258 21493056

Rua Kamba Simango nº 350 R/C

Maputo - Moçambique



EVENTOS SAVANA

Maputo, 26 de Julho de 2013 • ANO XX • Nº 1020



todas as sextas-feiras às 22 horas Com Fernando Lima e Leonardo Cháique
Uma parceria:  TIM mediacoop
(também aos Sábados as 12H00 na Rádio Savana FM 100.2)

Banco Único premiado

Em Moçambique há menos de dois anos e último banco a fixar-se no país, o Banco Único já é referência em Moçambique e em África. Após a distinção do respectivo Presidente do Conselho de Administração, como o Melhor CEO do sector financeiro no continente, pela prestigiada revista African Banker, o banco volta a ser único, com a eleição do seu serviço de Internet Banking, como o melhor em Moçambique, pela publicação Global Finance. Continuando a somar distinções para além de ter o melhor site e serviço de Internet Banking para Particulares e para Empresas em Moçambique, também foi considerado pela prestigiada revista The Banker como um dos 13 bancos mais promissores do mundo. Esta nomeação do seu serviço internet Banking foi anunciada pela publicação Global Finance, acreditando esta que o banco apresenta uma forte estratégia de serviço online aos seus clientes, assim como também pelas suas funcionalidades e vasto leque de produtos online, igualmente pelo design do

seu website.

O Banco Único, sediado em Moçambique, é um banco universal, com forte vocação de retalho, inaugurado há menos de dois anos, a 30 de Agosto de 2011. Liderado por João Figueiredo e contando com accionistas portugueses e moçambicanos de referência, como Américo Amorim, Grupo Visabeira, Instituto Nacional de Segurança Social, Rural Consult, DHD e SF Holding, esta instituição bancária conseguiu desde a sua abertura triplicar o seu número de balcões e posicionar-se entre os maiores e mais antigos bancos a actuar em Moçambique. Com 13 balcões, nove na cidade de Maputo, um na cidade da Matola, um na cidade da Beira, um na cidade de Tete e um na cidade de Nampula, o Banco Único nasceu com a ambição de a médio prazo se posicionar entre os bancos de referência no país e contar com presença em todas as províncias. Estão em curso as conversações entre as autoridades sul-africanas e moçambicanas para a aquisição de 36.4% do capital do Único, pelo Nedbank, um dos maiores bancos sul-africanos.

Redacção



Urgel Matula

Millennium bim oferece máquinas de costura

Eduardo Conzo

A Escola Comunitária "Cidadela das Crianças de ADPP, situada no bairro de Costa de Sol, arredores da cidade de Maputo, acaba de receber, nesta quarta-feira, máquinas de costura e respectivos acessórios, oferecidos pelo Millennium bim, em mais um projecto de entre vários organizados por aquela instituição bancária, no âmbito do seu programa de responsabilidade social, integrado na iniciativa #Mais Moçambique Pra Mim#.

Designado "Escola Millennium bim", o programa comportou a entrega de 19 máquinas de costura e as respectivas linhas, para além de agulhas e outros acessórios usados no processo de costura.

O projecto que se espera venha beneficiar mais de 800 crianças actualmente matriculadas naquele estabelecimento de ensino, tal como explicou Fernando de Almeida, director Prestige ONG's no Millennium bim, está dividido em

três fases. "Para este ano, o banco pretende iniciar a primeira fase com ofertas dos materiais necessários à criação de salas de formação. Nas duas fases seguintes, o Millennium bim prevê focar a sua actividade na manutenção e na sustentabilidade dos cursos criados".

O mesmo foi criado em 1991, com o objectivo de apoiar a integração de crianças de rua no sistema formal de educação, das mais de 800 crianças que actualmente frequentam o ensino geral de 1ª a 7ª classes, 83 crianças são internas, as consideradas vulneráveis por terem perdido seus pais, vítimas de HIV-SIDA. A escola integra igualmente outras 724 crianças, residentes na área envolvente, que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

As máquinas de costura ora oferecidas à escola, segundo esclareceu Américo Tomás, director da Escola Comunitária Cidadela das Crianças de ADPP, vão proporcionar uma oportunidade



para que as crianças tenham um ofício de modo a que possam criar um auto-emprego para a seu sustento.

Desde a sua criação a esta parte, a Escola Comunitária Cidadela das Crianças de ADPP já graduou

perto de 200 alunos, dos quais, 75 internos, ou seja, os considerados vulneráveis. Deste grupo, segundo

Américo Tomás, já foram formados dois enfermeiros integrados no Sistema Nacional de Saúde, mais de 10 professores, alguns dos quais

a lecionarem no Instituto Superior de Comunicação e Arte, na cidade da Matola.

Neste momento, a escola conta com 12 salas de aulas, 18 dormitórios que albergam alunos internos, cozinha e outras divisões de relevo.

Governo dos EUA apoia refugiados em Moçambique

Por: Zaqueu Massala

O Governo dos Estados Unidos da América (EUA) assinou um acordo de financiamento, num valor estimado em cerca de USD25 mil dólares à Associação de Estudantes Refugiados - AEREMO distribuídos em pequenos grupos de associações. De acordo com o embaixador dos EUA, em Moçambique, Douglas Griffiths, o financiamento tem por objectivo apoiar um grupo de estudantes refugiados que se encontram a estudar em Moçambique.

O fundo de financiamento para os refugiados foi lançado em 2000 com a intenção de providenciar aos Embaixadores os meios para responderem a brechas em programas multilaterais dirigidos aos refugiados. No ano passado, o Fundo para os Refugiados do Governo dos EUA apoiou actividades em 39 países, 18 dos quais em África.

Na ocasião, o embaixador destacou: "o Governo dos EUA tem o prazer de conceder um subsídio no âmbito deste fundo no valor de USD25 mil dólares à Associação de Estudantes Refugiados - ou AEREMO - em Moçambique. Através deste fundo, a AEREMO irá implementar um projecto intitulado Refugiados



Embaixador dos EUA, em Moçambique, Douglas Griffiths e presidente da Associação dos Estudantes Refugiados - AEREMO, Douglas Nduwayezu momentos após assinatura

na Acção Económica, que procura abordar o problema grave do desemprego entre os refugiados nas províncias de Maputo e Nampula, oferecendo formação vocacional para o rendimento de emprego", destacou o embaixador.

O Embaixador considera ainda que o apoio do governo americano aos estudantes refugiados foi uma boa oportunidade na cooperação entre as duas partes. "Moçambique é um

país aberto e acolhedor, onde os cidadãos promovem a convivência entre as pessoas. Porém, sempre pode fazer mais e ajudar melhor as nossas irmãs e irmãos necessitados", referiu. Por seu turno, o presidente da Associação dos Estudantes Refugiados - AEREMO, Douglas Nduwayezu, disse que o apoio de financiamento ora assinado entre a associação e o Governo EUA

vai ajudar no desenvolvimento das suas actividades, sobretudo na área de educação e saúde e vai minimizar outras dificuldades que a associação vinha enfrentando.

De referir que a cerimónia de assinatura de Concessão de um Subsídio de financiamento teve lugar nesta segunda-feira, no Centro Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América em Maputo.

Onebiz cria oportunidade de negócio

Por Israel Zefanias

O Grupo Onebiz, uma rede empresarial que identifica áreas favoráveis para negócios e líder no Mercado de franchising-Consultoria em Tecnologia de Informação, português, está em Maputo desde a semana passada, para se fazer no mercado local. Carlos Pinho, gestor de marcas do Onebiz, realizou na sexta-feira, um seminário sobre Franchising e Oportunidades de Negócios Onebiz, em Maputo, expondo diversas marcas que o grupo dispõe para uma pequena plateia que se mostrou interessada pelos serviços que a Onebiz presta, dentre elas obras

e reparações, remodelamento e reabilitação de espaços, gestão de arrendamentos, certificação energética, avaliação imobiliária, cuidados de higiene como foto depilação, foto rejuvenescimento, depilação a cera, manicure/pedicure, massagens e tratamentos corporais e de rosto. Segundo Pinho, Moçambique pode trazer benefícios para o Grupo, bem como este para o país. Os benefícios prendem-se com questões de expansão dos seus negócios, que o entrevistado garante ter tecnologias bem avançadas e conhecimento profundo das áreas em que o grupo actua.



Ilec Vilanculo

UDM
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE




NOSSO COMPROMISSO

- Qualidade, experiência profissional dos docentes, cursos especializados para as grandes áreas de desenvolvimento
- Cursos de elevada empregabilidade
- Formação de quadros para liderar o processo de mudança e inovação

*Novo Currículo **Novo Curso

Ciências da Administração e Gestão

Licenciaturas

- Gestão de Empresas
- Gestão Financeira
- Gestão de Recursos Humanos*
- Consultoria e Auditoria**
- Contabilidade**
- Administração Pública**
- Relações Públicas**

As Licenciaturas são constituídas por um Tronco Comum com a duração de 6 semestres (1ª etapa); na 2ª etapa, as Licenciaturas Orientadas, tem a duração de 2 semestres lectivos. A duração total do curso é de 4 anos lectivos.

Objectivos do Tronco Comum

O Tronco Comum engloba um conjunto de disciplinas que visa uma plataforma sustentada sobre os fundamentos gerais das Ciências da Administração e Gestão, ou seja, sobre o funcionamento e dinâmica das organizações e instituições como entidades administrativas. A inclusão do Tronco Comum nos nossos cursos faz com que os licenciados possuam:

- Diferentes ferramentas de análise estatística e de tecnologias de informação para a tomada de decisões empresariais
- Capacidade de estruturar e gerir negócios

Objectivos das Licenciaturas Orientadas

Concluído o Tronco Comum surgem as diferentes alternativas (Licenciaturas Orientadas) que visam proporcionar:

- Habilidades suficientes para identificar, planificar, gerir e monitorar

INSCRIÇÕES ABERTAS

as actividades principais das instituições e organizações públicas e privadas.

• Capacidade, competência e pensamento de análise crítica fundamentada e alicerçada em elementos científicos, éticos e socialmente fundados na recolha, seleção, interpretação e utilização de informações relevantes.

Respondendo ao Mercado de Trabalho

Desde a fundação da UDM que os seus graduados têm vindo a registar dos mais altos graus de empregabilidade de todas as universidades de Moçambique.

E desta forma que a UDM tem vindo a responder às crescentes necessidades do mercado no país. Os nossos licenciados estão hoje em lugares de destaque e responsabilidade nos principais sectores da vida económica, financeira e empresarial nos seguintes domínios e áreas de exercício profissional:

- Banca, Seguros, Consultoria e Auditoria, Organismos Económicos e Financeiros Internacionais, Direcção de Empresas Industriais e de Serviços, Administração Pública Nacional ou Local, Gabinetes de Estudos e Investigação e Estabelecimentos de ensino.

CONTACTO
Tel.: 21302 102/16
www.udm.ac.mz

Av. Albert Luthuli, 418/438 • Tel: 21302 102/16
Fax: 21 302 107 • Cel: 82 305 5176
Email: informacao@udm.ac.mz • www.udm.ac.mz
Maputo - Moçambique



TVCABO manifesta interesse no crescimento das telecomunicações

Por Nélia Jamaldine

Cerca de 150 participantes, entre os quais provenientes dos países da Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), participaram nos passados dias 17 e 18 do corrente mês, em Maputo, na segunda conferência nacional do Sector das Telecomunicações promovida pelo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), em parceria com a Moçambique Celular (mCel), Vodacom, Movitel e Visabeira. Sob o lema "Comunicações ao serviço do Desenvolvimento", esta iniciativa teve como objectivo debater sobre as soluções para os problemas da migração digital sob o tema "Radiodifusão Digital em Moçambique". O Director Geral da TVCABO Moçambique, Fernando Azevedo, moderador do evento, referiu que iniciativas desta natureza fazem parte da filosofia empresarial da instituição que dirige, uma vez que estas traduzem uma mais-valia na promoção dos seus serviços como também

no desenvolvimento do sector das telecomunicações e do país. Azevedo acrescentou ainda que arranjar soluções para os problemas da migração digital é um desafio para o sector actualmente, e ter a oportunidade de uma explanação mais ampla em torno do assunto será de grande interesse para todos os intervenientes contactarem perspectivas diferentes e partilharem as suas experiências.

De referir que entre outros assuntos relacionados com o tema principal, a Conferência abordou três vertentes distintas: Comunicação, Radiodifusão Digital e Serviços de valor acrescentado, destacando-se questões como o estado actual das comunicações, desafios para o sector das comunicações, segurança de infra-estruturas de telecomunicações, migração digital, mobile banking e os desafios globais para o sector. A TVCABO apostava em tecnologias e infra-estruturas inovadoras para fornecer serviços multimédia, internet de banda larga e televisão por cabo em fibra óptica.

Convite para Concurso Concurso Público nº 048/EBA-PAC/FUNAE/UGEIA/13

Contratação de Empreitada de Obra para Elaboração de Estudo Geofísico, Abertura de Furo de Água e Bombeamento de água através de um Sistema Fotovoltaico

- No âmbito da operacionalização do Decreto nº 63/2006, o Fundo de Energia - Unidade Gestora do Incentivo Geográfico pretende proceder a contratação de empreitada para Elaboração de Estudo Geofísico, Abertura de Furo de Água e Bombeamento de água através de um Sistema Fotovoltaico com objectivo de prover de água potável os Postos de Abastecimento de Combustíveis no âmbito da expansão ao acesso aos Combustíveis Líquidos nas Zonas Rurais.
- Assim, o FUNAE convida as empresas elegíveis a apresentarem propostas seladas (devendo ser uma original acompanhada de 4 cópias). O prazo de execução dos trabalhos é de 3 meses (90 dias).
- O concurso será conduzido com base nos procedimentos do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas e de Fornecimento de Bens e de Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº. 15/2010, de 24 de Maio, e está aberto a todos os concorrentes, conforme definido nos documentos do Concurso.
- Os requisitos para os concorrentes interessados são os seguintes: estar legalmente constituído nos termos da legislação em vigor, possuir alvará igual ou superior a 3ª Classe, Categoria V Subcategorias 1ª, 2ª e 5ª, experiência na execução de trabalhos similares (pelo menos 3 anos), disponibilidade e habilidade apropriadas na sua equipa de trabalho.
- O Documento do Concurso (Caderno de Encargos) pode ser adquirido pelos concorrentes interessados a partir do dia 30 de Julho de 2013 nos endereços abaixo indicados e mediante o pagamento de uma importância não reembolsável de 1.000,00 Mt ou o seu equivalente em moeda livremente convertível. O pagamento poderá ser efectuado em cheque ou em dinheiro. Para os concorrentes interessados no Estrangeiro, o Documento do Concurso será enviado por via aérea, contra o pagamento das respectivas despesas.
- Para o presente concurso não será obrigatória a visita ao local da obra. Caso os concorrentes queiram visitar o local deverão contactar o FUNAE - Sede e/ou Delegações e Representações para obtenção de credenciais para a visita aos locais.
- O concurso está dividido em lotes conforme a tabela que se segue:

Yolanda Cintura apela à valorização dos idosos

Por: Zaqueu Massala

A Ministra da Mulher e Ação Social, Yolanda Cintura, apela à valorização das pessoas idosas que vezes sem conta são marginalizadas e abandonadas à sua sorte, para além das outras que são acusadas de fetiçaia.

Falando no final de uma sessão de teatro sobre a campanha para a valorização da pessoa idosa, organizada pelo seu ministério em parceria com cine Teatro Gungu, Cintura disse que é preciso que toda a sociedade moçambicana saiba dar valor à pessoa idosa.

"É preciso que haja mudança de mentalidade nas pessoas para que saibam valorizar os idosos, a sociedade deve deixar ou parar de descriminar e acusar de fetiçaia as pessoas mais idosas, é uma atitude desumana", disse a governante. Segundo a ministra, para combater a não valorização



da pessoa idosa, o Ministério da Mulher e Ação Social, em parceria com o grupo teatral Gungu, está a promover uma campanha um pouco por todo o país sobre a valorização dos idosos.

Neste momento está em curso um

trabalho de sensibilização na província de Gaza e em outras capitais provinciais. A ideia, segundo Cintura, é que a sociedade dê valor a todos os idosos.

Por outro lado, pretende-se ainda diminuir o índice de medicidade dos idosos que vezes sem conta andam na rua de um lado para o outro a pedir esmola enquanto têm familiares que deviam-lhes cuidar.

Por seu turno, o patrono do cine teatro Gungu, Gilberto Mendes, disse que é importante recuar no passado e valorizar o papel da pessoa idosa.

"Ela são as pessoas que nos trouxeram ao mundo e criaram-nos com muito carinho, por isso eles merecem serem bem tratados, não só não nos podemos esquecer que também um dia seremos velhos", observou Gilberto Mendes.

AGENDA CULTURAL

Cine-Gilberto Mendes

Sexta, Sábado e Domingo/18h30

"Salve-se quem puder"

Sábado e Domingo/16h00

"Chove em Maputo"

Xima Bar

Sexta, 26 de Julho/21h30

H20 & Banda Xitende

Sábado, 27 de Julho/22h

Júlia Mwito & Amigos

Maputo Waterfront

Sexta, 26 de Julho/21h30

Os Carolas

Sábado, 27 de Julho/22h

Miranda & Maurício

Quarta, 31 de Julho/19h30

Umbrella Jazz

CCFMocambicano

Sexta, 26 de Julho/20h

Kakana

Lança 1ºDisco "SERENATA"

CCM NTSINDYA

Sexta, 26 de Julho/19h30

Texito Langa e Quarteto Afro-Jazz

Espaço Bar & Bar

Todas quartas-feira/19h

"After Work Jazz Night"

Espaco Ka Edith

Todos Domingos/17h

"Domingo Acústico"